



# ERM

## Relatório de Verificação do Fundo Itaú Active Fix ESG<sup>1</sup>

SFDR	Fundo com características ASG (Artigo 8)	Resolução CVM 175 <sup>2</sup>	Fundo que gera benefício ambiental	Regras da Anbima	Fundo IS
<b>Patrimônio Líquido do Fundo</b>	R\$ 2.880.488.390 (31/12/2024)	<b>Data de constituição</b>	18/06/2021	<b>Vencimento do Fundo</b>	Indeterminado
<b>Objetivos do Desenvolvimento Sustentável</b>	    				

### Alocação de Recursos

- Em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente 35% do PL do Fundo era composto por Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional. Estes instrumentos não foram analisados sob a perspectiva ASG, pois são ativos utilizados para gestão de caixa. O objetivo do Fundo é direcionar os recursos para crédito privado.
- Na mesma data, 56% do PL do Fundo, desconsiderando ativos de gestão de caixa, era composto por Investimentos que Promovem Características Sociais e Ambientais. 29% do PL era composto por Investimentos Sustentáveis, e 16% por investimentos classificados como Neutros.
- Em termos setoriais, a principal alocação era em debêntures emitidas por empresas do setor de Utilidade Pública, especificamente dos segmentos de Eletricidade e Serviços de Água, correspondendo, respectivamente, a 30% e 11% do patrimônio líquido do fundo, desconsiderando os ativos de gestão de caixa. A segunda principal alocação era em empresas de Assistência Médica, que correspondiam a 32% do PL. Demais setores incluíam Serviços Financeiros, Educação, entre outros.
- Entre 07/02/2024<sup>3</sup> e 31/12/2024, o Fundo adquiriu 41 novos ativos de crédito privado, os quais representavam 28% do Patrimônio Líquido do Fundo (PL) em 31/12/2024. Destes, 24 (10% do PL) foram classificados como "Investimentos Sustentáveis", 11 (13% do PL) como ativos que "promovem características ambientais ou sociais", e 6 (5% do PL) como ativos "neutros". Além disso, houve a aquisição de títulos públicos, que representavam 0,64% do PL em 31/12/2024.

### Impacto dos Ativos

- O portfólio analisado é composto por ativos emitidos por empresas com mais de 50% de receitas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em linha com o objetivo sustentável do Fundo.
- Os ativos analisados estão fora da lista de exclusão do Fundo.
- O Formulário de Metodologia ASG não sofreu alterações. Os critérios de seleção e avaliação seguem os mesmos e os ativos que compunham o portfólio em 31 de dezembro de 2024 estão alinhados com a Metodologia.
- A Gestora do Fundo afirmou realizar análise de reputação e risco de imagem para avaliar a performance ASG das emissoras e seu potencial envolvimento em controvérsias ASG. No entanto, não foi possível determinar se essa análise gerou engajamentos, desinvestimentos ou realocações em 2024, uma vez que as informações divulgadas no formulário de ações continuadas da ANBIMA são referentes ao ano de 2023.

### Relato e Verificação

- O Formulário de Metodologia ASG, que contempla o objetivo de investimento sustentável do Fundo e metodologia de seleção dos ativos, é divulgado publicamente no website da Gestora<sup>4</sup>.
- O documento também contempla o formulário de ações continuadas da ANBIMA, que divulga informações sobre engajamentos realizados, esclarece o posicionamento do Fundo diante de desinvestimentos ou realocações, e divulga os indicadores socioambientais, conforme o compromisso firmado no Parecer Independente sobre o Alinhamento do Fundo como um Fundo IS. O próprio Parecer se encontra em anexo no documento.
- A Gestora se comprometeu a divulgar o presente Relatório de Verificação publicamente.

<sup>1</sup> Itaú Active Fix ESG Crédito Privado Multimercado Investimento Sustentável Fundo De Investimento – CNPJ: 35.500.650/0001-80

<sup>2</sup> Resolução CVM 175, de dezembro de 2022, conforme alterada pelas Resoluções CVM nº 181/23, 184/23, 187/23, 200/24, 206/24 e 214/24.

<sup>3</sup> No Parecer Independente sobre o alinhamento do Fundo Itaú Active Fix ESG como Fundo IS, foi analisada a carteira de 07/02/2024.

<sup>4</sup> [Formulário de Metodologia ASG](#)



# ERM

## DETALHES DO DOCUMENTO

TÍTULO DO DOCUMENTO	Relatório de Verificação do Fundo Itaú Active Fix ESG
SUBTÍTULO DO DOCUMENTO	-
DATA	30/05/2025
AUTOR	Cristóvão Alves, Camila Toigo e Renato Carvalho.
NOME DO CLIENTE	Itaú Unibanco Asset Management Ltda.



# ERM

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

## Relatório de Verificação do Fundo Itaú Active Fix ESG

---

**Renato Carvalho**  
Consulting Senior Associate

---

**Camila Toigo**  
Principal Consultant

---

**Cristóvão Alves**  
Partner

ERM's Brasil Ltda.

Avenida Luis Carlos Berrini, nº105, Edifício  
Thera Corporate, cj 171, Cidade Monções,  
São Paulo, Estado de São Paulo

**São Paulo, 30 de maio de 2025**



## SOBRE A ERM

A ERM é uma consultoria líder global em sustentabilidade, com atuação em mais de 70 jurisdições e 8.000 colaboradores a nível global. Dentro de sua atuação em Finanças Sustentáveis, a ERM avaliou 300+ instrumentos financeiros para sustentabilidade, tais como títulos verdes, sociais, sustentáveis, fundos de investimentos sustentáveis e instrumentos ligados a metas. A ERM também é acreditada pela *Climate Bonds Initiative* a nível global e desde 2020 está entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*.

## SUMÁRIO

ESCOPO	5
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	8
VERIFICAÇÃO	9
1. ALOCAÇÃO DE RECURSOS	10
2. IMPACTO DO FUNDO	13
RELATO	17
CONTROVÉRSIAS ASG	18
ANEXO I - ANÁLISE DO PORTFÓLIO DO FUNDO	19
ANEXO II - MÉTODOS	76

## ESCOPO

O objetivo deste Relatório é verificar a alocação dos recursos do Itaú Active Fix ESG ("Fundo"), seus mecanismos de monitoramento e controle, assim como potenciais benefícios e impactos adversos gerados pelos ativos que compõe seu portfólio. Ademais visa verificar se o Fundo continua alinhado às políticas e processos definidos pelos seus documentos formais, mantendo seu objetivo de investimento sustentável inalterado.

O Fundo é constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e classificado como "Multimercado". É administrado pelo Itaú Unibanco S.A. ("Administrador") e gerido pela Itaú Unibanco Asset Management Ltda. ("Gestora" ou "Itaú Asset").

O Fundo foi inicialmente analisado em julho de 2024 pela ERM, que emitiu um Parecer Independente sobre o alinhamento do Fundo como um Fundo IS. Essa análise levou em consideração as políticas e práticas da Gestora e do Fundo, assim como o portfólio de ativos detidos na data de 07/02/2024. O Parecer foi divulgado no website da companhia<sup>5</sup>.

A verificação da ERM foi baseada nas características do Fundo, na análise de seu regulamento, nas práticas de gestão e processos de investimento adotados, e nas informações e evidências relativas aos ativos que compunham seu portfólio em 31/12/2024.

A ERM utilizou seu método proprietário de avaliação, que se baseia nas Regras de classificação de Fundos IS da Anbima, nas diretrizes da Resolução CVM nº 175<sup>6</sup>, de dezembro de 2022, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM nº 181/23, 184/23, 187/23, 200/24, 206/24 e 214/24, com as **Regras de Classificação de Fundos IS e ASG da Anbima**<sup>7</sup> e demais orientações<sup>8</sup>, e com as definições apresentadas pela **Regulação EU 2019/2088**<sup>9</sup>, suas respectivas emendas e diretrizes técnicas. Ademais, o método utiliza elementos de critérios e padrões para rotulagem de projetos, ativos e produtos financeiros, como os Green Bond Principles<sup>10</sup>, Social Bond Principles<sup>11</sup> e Climate Bonds Standards<sup>12</sup>.

A presente verificação utilizou pesquisa de mesa e informações e documentos fornecidos pela Itaú Asset, sendo alguns de caráter confidencial. Esse processo foi realizado entre janeiro e maio de 2025.

A ERM teve acesso a planilhas de controle interno do Fundo que detalham a alocação de recursos. Tais planilhas foram assinadas pela Gestora do Fundo, responsável por garantir a veracidade das informações fornecidas. A análise dos ativos levou em consideração as escrituras das debêntures que compõe o portfólio, assim como as fichas cadastrais das letras financeiras sustentáveis detidas, que foram fornecidas pela Gestora. Assim, a ERM provê uma verificação com nível razoável de asseguarção em relação à completude, precisão e confiabilidade.

O processo de verificação consistiu em:

---

<sup>5</sup> [PARECER INDEPENDENTE.pdf](#)

<sup>6</sup> [Resolução 175 - CVM](#)

<sup>7</sup> [Regras e procedimentos para investimentos sustentáveis](#)

<sup>8</sup> [Guia ASG II](#)

<sup>9</sup> [REGULATION \(EU\) 2019/2088 - on sustainability-related disclosures in the financial services sector](#)

<sup>10</sup> [Green Bond Principles » ICMA](#)

<sup>11</sup> [Social Bond Principles](#)

<sup>12</sup> [The Standard | Climate Bonds Initiative](#)

- Planejamento da verificação;
- Realização da verificação, incluindo a preparação do cliente e obtenção de evidências;
- Elaboração da conclusão da verificação;
- Preparação do relatório da verificação.

## RESPONSABILIDADE DA GESTORA

A Itaú Unibanco Asset Management Ltda. é responsável pela coleta, preparação e apresentação de forma adequada dos materiais a serem analisados. É de responsabilidade da Gestora manter registros apropriados e precisos sobre os dados, de acordo com controles internos concebidos por ela para realizar o acompanhamento das informações necessárias para a execução do processo de verificação do Fundo.

## RESPONSABILIDADE DA VERIFICADORA

Com base nos procedimentos de asseguuração razoável realizados e evidências obtidas, a ERM é responsável por verificar as informações recebidas, e expressar se algum aspecto chegou ao seu conhecimento que a leve a acreditar que as informações apresentadas neste Relatório estão imprecisas ou distorcidas de forma relevante.

## USO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO

O Itaú Unibanco Asset Management Ltda. é o único responsável pelo uso das informações contidas neste relatório, as quais foram verificadas por meio de procedimentos de asseguuração razoável, conforme os termos de engajamento acordados com a Companhia. A ERM não aceita nem assume qualquer responsabilidade pelo uso das informações contidas neste relatório para qualquer outro fim, por qualquer outra pessoa ou organização. A ERM não se responsabiliza, de forma alguma, perante terceiros com os quais o relatório, ou parte dele, seja compartilhado. O uso das informações por terceiros é por sua própria conta e risco.

## LIMITAÇÕES

Os procedimentos conduzidos possuem limitações inerentes ao processo de verificação. A seleção das amostras estão sujeitas ao julgamento dos profissionais e serão essencialmente interpretadas de formas distintas.

A ERM considera que as informações fornecidas pela Itaú Unibanco Asset Management Ltda. foram fornecidas de boa fé e livre de imprecisões relevantes. Não podemos atestar pela completude ou exatidão dos dados fornecidos. Ademais, os controles e procedimentos internos podem resultar em riscos inevitáveis que são possivelmente relevantes e podem não ter sido detectados.

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A ERM não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Itaú Unibanco Asset Management Ltda., do grupo ao qual pertence ou de suas subsidiárias. Em 2024, a ERM foi responsável pela elaboração do Parecer Independente sobre o alinhamento do fundo como Investimento Sustentável, que está sendo verificado no contexto do presente relatório. Dessa forma, a ERM declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir este Relatório de Verificação.

### **ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO**

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento.

## VERIFICAÇÃO

Com base nos procedimentos de asseguração razoável e em todos os aspectos materiais avaliados, verificamos que a carteira de ativos do Fundo Itaú Active Fix ESG está conformidade com os critérios de seleção ASG avaliados no Parecer Independente elaborado em julho de 2024. Essa conclusão está baseada nas análises de Alocação dos Recursos e de Impacto dos Ativos, apresentadas nas seções a seguir.

Conforme avaliado no referido Parecer, o processo de seleção de ativos e os mecanismos de monitoramento e controle do Fundo estão alinhados com o Artigo 8 da Regulação EU 2019/2088, com as Regras de classificação de Fundos IS da Anbima e com as diretrizes da Resolução CVM nº 175 para fundos cuja denominação contenha referência a fatores ambientais, sociais e de governança.

# 1. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

## 1.1 ANÁLISE DO PORTFÓLIO DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em 31 de dezembro de 2024, os recursos do fundo estavam majoritariamente alocados em debêntures emitidas por sociedades atuantes nos segmentos de Assistência Médica e Serviços de Utilidade Pública que, somados, correspondiam a 47,37% do PL do Fundo. A classificação setorial seguiu o *Global Industry Classification Standard (GICS)*<sup>13</sup>.

Informações sobre o portfólio do Fundo por setor de atuação dos emissores estão disponíveis na tabela a seguir:

**TABELA 1 – PL TOTAL DO FUNDOS POR SETORES DE ATUAÇÃO DOS EMISSORES**

<b>Instrumentos e Setores</b>	<b>Valor em R\$</b>	<b>% do PL do fundo</b>
Caixa e Títulos Públicos	R\$ 1,012,488,541.00	35,15%
Debêntures – Assistência Médica	R\$ 599,853,732.38	20,82%
Debêntures – Serviços de Utilidade Pública (Eletricidade)	R\$ 557,405,868.16	19,35%
Debêntures – Serviços de Utilidade Pública (Serviços de Água)	R\$ 207,132,571.96	7,19%
Debêntures – Bens de Consumo Discricionário (Serviços de Educação)	R\$ 163,057,335.08	5,66%
Letras Financeiras – Serviços Financeiros	R\$ 202,664,056.32	7,04%
Debêntures – Industriais	R\$ 71,990,145.30	2,50%
Debêntures – Imóveis	R\$ 43,168,428.17	1,50%
FIDC - Serviços Financeiros	R\$ 10,570,480.14	0,37%
CRA – Produtos Básicos de Consumo (Produtos e Serviços Agrícolas)	R\$ 15,864,002.74	0,55%
Despesas	-R\$ 3,706,771.22	-0,13%
<b>Total geral</b>	<b>R\$ 2.880.488.390</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Gestora

Nota-se que mais de 35% do PL do Fundo era composto por títulos públicos federais, considerados ativos de gestão de caixa, uma vez que o foco do Fundo é o investimento em crédito privado. Por essa razão, estes ativos não entraram no escopo de análise.

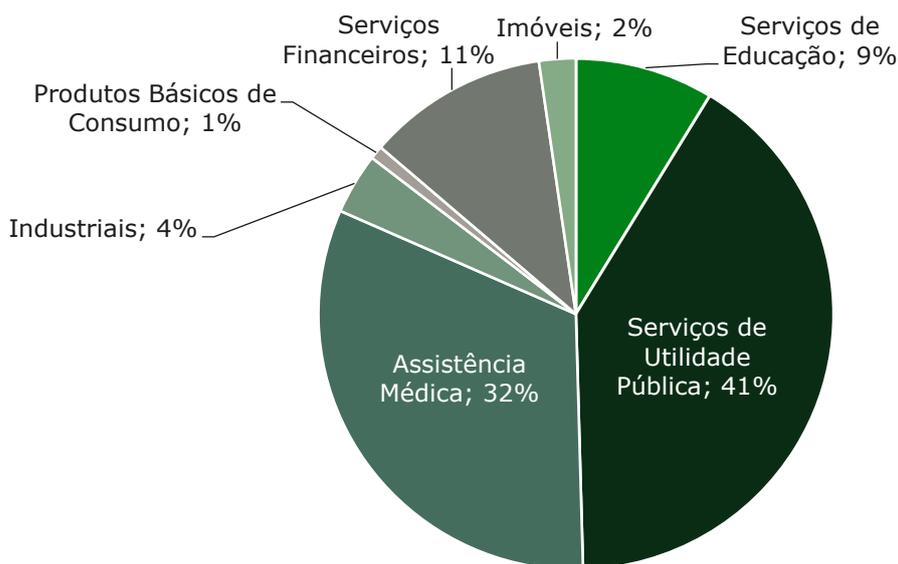
Em relação ao portfólio de 07 de fevereiro de 2024, analisado no Parecer Independente, dois ativos foram excluídos por critérios ASG. O primeiro é uma debênture emitida pela Oceanpact, uma prestadora de serviços marítimos para empresas petrolíferas. O segundo é uma debênture da Jalles Machado, empresa do setor sucroenergético que, na avaliação da ERM, gera impactos

<sup>13</sup> <https://www.msci.com/our-solutions/indexes/gics>

negativos relevantes ao meio ambiente, principalmente relacionados à fase agrícola de sua operação.

Quanto ao portfólio atual, a análise da alocação por setor dos emissores revela uma concentração significativa no setor de Utilidade Pública (que envolve Eletricidade e Serviços de Água). **Desconsiderando recursos em caixa**, este setor representava 41% do Patrimônio Líquido (PL) do Fundo em 31/12/2024. O setor de Assistência Médica detinha a segunda maior participação, com 32%. Os demais setores apresentam percentuais menores, sendo Serviços Financeiros com 11%, Serviços de Educação com 9%, Industriais com 4%, Imóveis com 2% e, por fim, Produtos Básicos de Consumo com 1%. A distribuição é apresentada no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DO PL DO FUNDO POR SETOR DE ATUAÇÃO DOS EMISSORES, DESCONSIDERANDO RECURSOS EM CAIXA**



Fonte: Elaborado pela ERM conforme dados fornecidos pela Gestora

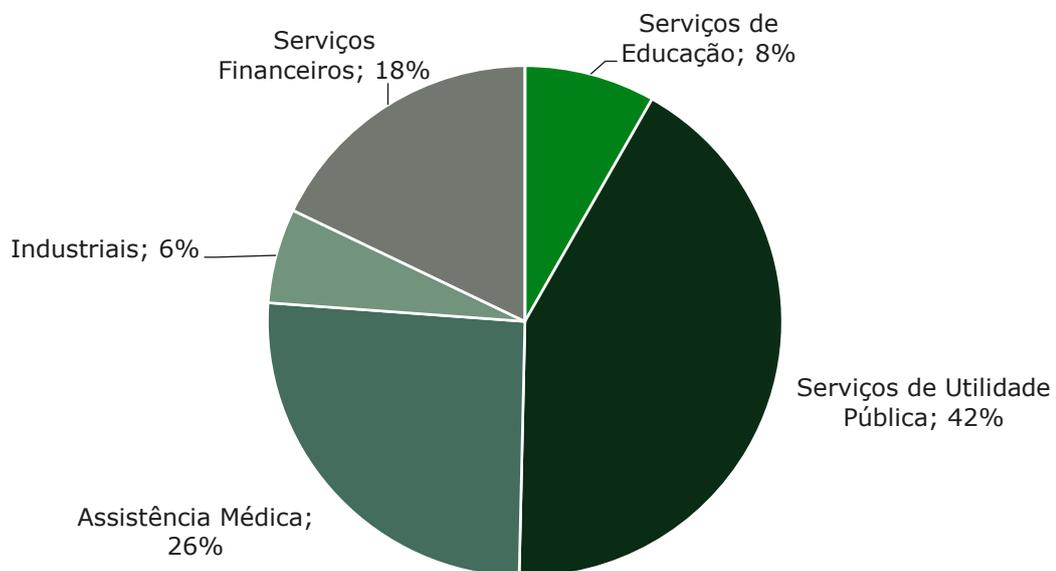
## 1.2 ANÁLISE DOS ATIVOS ADQUIRIDOS DESDE A ÚLTIMA AVALIAÇÃO DO PORTFÓLIO

Essa subseção do relatório trata especificamente da alocação dos ativos incorporados ao fundo após a elaboração do Parecer Independente, publicado em julho de 2024.

Entre 07 de fevereiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 o fundo incorporou 41 novos ativos de 28 emissores privados, o que correspondia a 28% do PL do Fundo (aproximadamente R\$ 812,6 milhões) em 31 de dezembro de 2024. Também foram adquiridos títulos públicos federais.

Em relação à distribuição setorial, a maior fatia dos novos ativos são debêntures do setor de Utilidade Pública, incluindo companhias de transmissão de energia, geração de energia e saneamento básico. Em seguida estão ativos relacionados ao segmento de Assistência Médica, abrangendo empresas do ramo farmacêutico, gestoras de planos de saúde e operadoras de hospitais. O terceiro setor mais relevante foi o de Serviços Financeiros, incluindo bancos e serviços especializados. Por fim, foram adquiridos títulos de empresas do setores de Bens de Consumo Discricionário, com foco em serviços de educação, e Industrial. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos novos ativos por setor (considera o valor dos ativos).

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE NOVOS ATIVOS POR SETOR, DESCONSIDERANDO RECURSOS EM CAIXA



Fonte: Elaborado pela ERM conforme dados fornecidos pela Gestora

## 2. IMPACTO DO FUNDO

### 2.1 AVALIAÇÃO DA CARTEIRA

Conforme indicado em seus materiais de divulgação, o Fundo busca gerar externalidades positivas para a sociedade e ao meio ambiente investindo em títulos privados de emissores cujas atividades principais estejam relacionadas a setores que contribuem para estes temas. Além disso, investe em títulos verdes e títulos ligados à sustentabilidade (SLBs), desde que a alocação de recursos e metas dessas emissões estejam alinhados com a geração de externalidades socioambientais positivas.

A análise das políticas, processos e práticas ASG da Gestora e do Fundo foi realizada no Parecer Independente sobre o alinhamento do fundo como Investimento Sustentável. Essa análise conta com uma descrição dos critérios de seleção de ativos e práticas de engajamento com as investidas, além de uma avaliação dos principais documentos relacionados, como o Regulamento do Fundo e Formulário Metodologia ASG da ANBIMA. Segundo a Gestora, não houve mudanças nestes documentos ou nos processos de seleção de ativos.

O processo de seleção dos ativos em relação aos aspectos ASG é realizado por meio de uma metodologia própria da Gestora, descrita no Formulário Metodologia ASG da ANBIMA. Conforme o documento, são adotadas três metodologias no processo de seleção e alocação de ativos: análise de reputação e risco de imagem, filtro positivo e filtro negativo, que são brevemente apresentadas a seguir.

A lista de exclusão definida na metodologia e no regulamento do Fundo determina que empresas envolvidas em controvérsias relacionadas ao trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil ou que tenham mais de 5% de suas receitas relacionadas à geração de energia térmica, são interditas de alocação de recursos. Nesse sentido, não foi identificado envolvimento das emissoras nessas atividades controversas.

Além disso, foi verificado que os ativos atendem ao critério de filtro positivo, que determina que apenas são elegíveis para compor o portfólio empresas que tenham mais de 50% de receitas relacionadas à geração de externalidades socioambientais positivas.

O terceiro critério adotado pelo Fundo, análise de reputação e risco de imagem, visa identificar envolvimento em controvérsias ASG por parte das companhias alvo de investimento. Entretanto, com base nas informações divulgadas, não foi possível verificar se o fundo deixou de investir em alguma empresa por conta desse tipo de análise, uma vez que as ações de engajamento, desinvestimentos e realocações divulgadas dizem respeito apenas ao ano de 2023. Tais informações constam no Formulário de Metodologia mais recente divulgado pelo Fundo<sup>14</sup>.

Além de avaliar o alinhamento dos ativos aos critérios de elegibilidade do Fundo, a ERM avalia os ativos sob a ótica de seus impactos socioambientais e de governança. Para os ativos com captação destinada à gestão de caixa das companhias emissoras, a análise considerou as características operacionais das empresas e a gestão ASG das companhias. O objetivo foi avaliar se a empresa pode ser classificada como um "investimento sustentável", conforme a definição do Artigo 2 (17) da SFDR (*dark green*), se a empresa realiza atividades que promovem características ambientais ou sociais (*light green*), ou se o ativo analisado é considerado "Neutro".

A ERM avaliou que um instrumento pode ser considerado um "Investimento Sustentável" quando as evidências disponíveis indiquem que a emissora tenha ao menos 90% das receitas alinhadas

---

<sup>14</sup> PARECER INDEPENDENTE

com taxonomias de finanças sustentáveis. No caso de benefícios sociais, que não possuem taxonomias próprias, foram considerados “Investimentos Sustentáveis” títulos de empresas que auferem 90% de suas receitas proveniente do atendimento a populações vulneráveis, em linha com os *Social Bond Principles*.

Ativos emitidos por empresas cujas atividades possuem potencial para geração de impactos positivos diretos para algum objetivo de sustentabilidade, mas para as quais não há clareza sobre o alinhamento com taxonomias de finanças sustentáveis foram classificados como “Investimentos que promovem características ambientais ou sociais”.

Emissores de ambas as categorias mencionadas acima devem possuir um processo robusto de gestão de seus potenciais impactos negativos, em especial dos *Principal Adverse Impacts*, definidos na Regulação 2022-1288<sup>15</sup>, e devem demonstrar que adotam práticas de governança corporativa adequadas.

Os demais ativos foram considerados “Neutros”, seja porque, na avaliação da ERM, as emissoras não contribuem diretamente com um objetivo sustentável, seja porque não há evidências de boa gestão ASG dos impactos causados por elas. Mais detalhes sobre a metodologia no Anexo II.

Para debêntures de infraestrutura, títulos destinados ao financiamento de projetos específicos, a análise focou principalmente nas características do projeto financiado, com o objetivo de classificá-lo de acordo com as categorias mencionadas anteriormente.

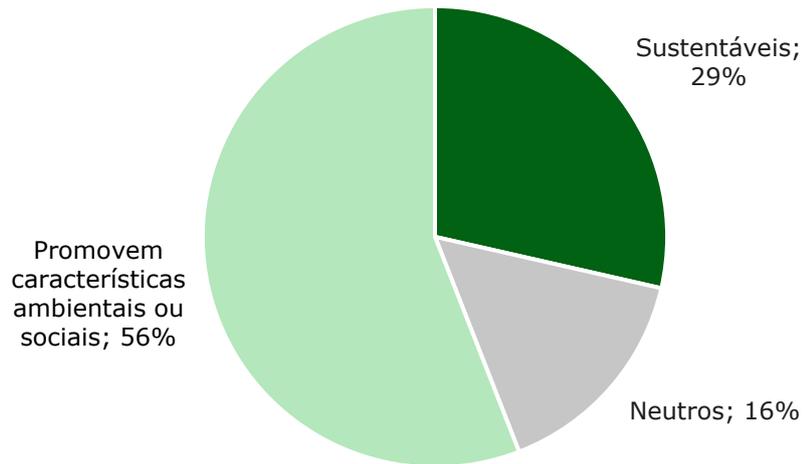
A análise utilizou aspectos quantitativos e qualitativos, seguindo a metodologia da ERM, baseada em referências nacionais e internacionais, como a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia, *Climate Bonds Initiative*, *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles* e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Foram considerados dados públicos mais recentes disponíveis, como Demonstrações Financeiras, Formulários de Referência e Relatórios de Sustentabilidade, além dos documentos relativos aos instrumentos financeiros em si.

Segundo nossa avaliação, em 31 de dezembro de 2024, 56% do PL do Fundo, desconsiderando ativos de gestão de caixa, era composto por Investimentos que Promovem Características Sociais e Ambientais. 29% do PL era composto por Investimentos Sustentáveis, e 16% por investimentos classificados como Neutros. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos ativos entre essas categorias, considerando seus valores, sem incluir na análise os ativos de gestão de caixa.

---

<sup>15</sup> [https://eur-lex.europa.eu/eli/reg\\_del/2022/1288/oj](https://eur-lex.europa.eu/eli/reg_del/2022/1288/oj)

### GRÁFICO 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS POR CATEGORIA DE INVESTIMENTO, DESCONSIDERANDO RECURSOS EM CAIXA



Fonte: Elaborado pela ERM conforme dados fornecidos pela Gestora

Assim, cerca de 84% dos recursos alocados são considerados investimentos sustentáveis ou ativos que promovem características ambientais e sociais, seja por conta do setor de atuação destas empresas ou dos projetos financiados.

Vale mencionar que parte dos investimentos sustentáveis são letras financeiras e debêntures rotuladas como sociais, verdes ou sustentáveis, além de títulos atrelados a metas. Estes instrumentos captam recursos destinados a projetos específicos com impacto positivo nas áreas social, ambiental (rótulo verde) ou socioambiental (rótulo sustentável), ou envolvem metas de sustentabilidade a serem atingidas pelo emissor, com penalização financeira em caso de não cumprimento.

Os demais ativos, 16% do patrimônio líquido, foram classificados como 'Investimentos Neutros'. Esta classificação envolve, na maioria dos casos, ativos emitidos por empresas dos setores farmacêutico, de serviços financeiros especializados e seguros de saúde. A ERM avalia que a atuação dessas empresas não promove benefícios diretos ou que não há evidências claras que apontem para uma boa gestão ASG de seus impactos. Emissões que financiam projetos relacionados a controvérsias socioambientais severas também foram incluídos nessa categoria.

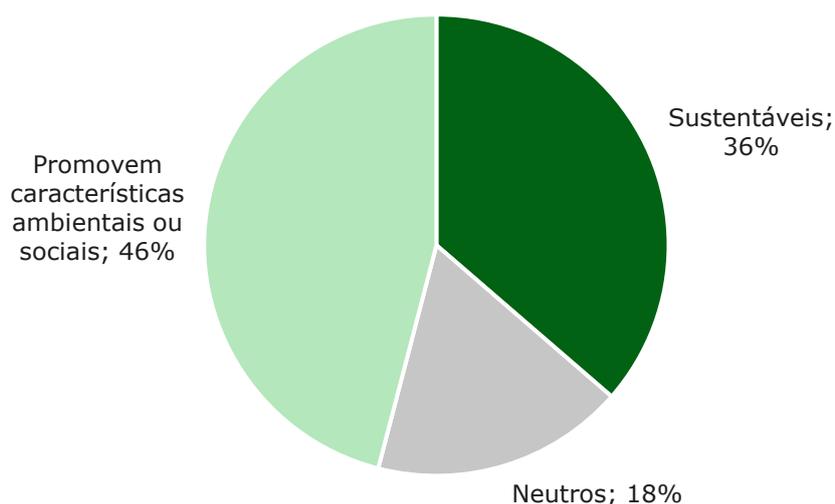
A análise individual dos ativos pode ser encontrada no [Anexo I](#).

## 2.2 IMPACTO DOS NOVOS ATIVOS INCORPORADOS NO FUNDO

Essa subseção do relatório trata sobre os ativos incorporados ao Fundo após a elaboração do Parecer Independente, que foram adquiridos entre 07 de fevereiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

Segundo nossa avaliação, que desconsidera os ativos de gestão de caixa, 46% do valor dos aportes realizados em novos ativos foi realizado em Investimentos que Promovem Características Sociais e Ambientais, 36% em Investimentos Sustentáveis, 18% em Investimentos Neutros. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos ativos entre essas categorias, considerando seus valores em 31 de dezembro de 2024:

**GRÁFICO 4 – CLASSIFICAÇÃO DOS NOVOS ATIVOS POR CATEGORIA DE INVESTIMENTO, DESCONSIDERANDO RECURSOS EM CAIXA**



Fonte: Elaborado pela ERM conforme dados fornecidos pela Gestora

Assim, cerca de 82% dos ativos adquiridos entre 07/02/2024 e 31/12/2024 são considerados Investimentos Sustentáveis ou ativos que Promovem Características Ambientais e Sociais.

## RELATO

Conforme indicado no Parecer Independente, o Fundo se comprometeu a divulgar anualmente informações e indicadores socioambientais e de governança, em linha com as Regras da ANBIMA. Essas informações incluem a alocação do patrimônio por setor, externalidades positivas geradas, engajamentos realizados e esclarecimentos sobre desinvestimentos ou realocações. Tais informações foram disponibilizadas no site da Gestora, por meio de documento que inclui a Metodologia ASG do Fundo, o Relatório de Ações Continuadas da ANBIMA, e o Parecer Independente elaborado pela ERM em julho de 2024<sup>16</sup>.

A cada seis meses, o Fundo será avaliado externamente pela ERM para verificar o alinhamento do portfólio e práticas do Fundo a seus objetivos. A Gestora também se comprometeu a divulgar o presente Relatório de Verificação em seu *website*, garantindo transparência em linha com as melhores práticas de mercado.

---

<sup>16</sup> PARECER INDEPENDENTE

## CONTROVÉRSIAS ASG

A pesquisa de controvérsias foi realizada por meio de pesquisa em portais de notícias, órgãos de fiscalização ambiental e outros portais governamentais. Não foram identificadas controvérsias por parte da Itaú Unibanco Asset Management Ltda.

Além disso, foi verificado que a empresa não consta na lista de Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, do Ministério do Trabalho e Emprego, atualizada em 7 de outubro de 2024<sup>17</sup>. Por fim, Itaú Unibanco Asset Management Ltda. não possui débitos decorrentes de autuações trabalhistas<sup>18</sup> e não foi encontrada nenhuma ocorrência na Consulta de Autuações Ambientais e Embargos do Ibama<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> [Cadastro de empregadores.pdf](#)

<sup>18</sup> [Início - eCPMR - Secretaria de Trabalho](#)

<sup>19</sup> [servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php](https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php)

## ANEXO I – ANÁLISE DO PORTFÓLIO DO FUNDO

A seguir apresentamos as análises individuais dos ativos que compunham o Fundo em 31 de dezembro de 2024. Os ativos foram organizados por setor de atuação.

### SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

AEGPA4, AEGPA7, PRLG16 E AEGEBZ - AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPACOES S/A

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> Aegea gerencia concessões de saneamento, operando em todos os processos que cobrem todo o ciclo da água: abastecimento, coleta e tratamento de esgoto, na forma de concessões completas de água e esgoto, concessões parciais de água ou esgoto, PPPs (Parcerias Público-Privadas) e Serviços Público-Privados.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,27%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Água.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Serviços de saneamento: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	100%
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 6 "Água Potável e Saneamento".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Aegea implementou o Programa de Gestão de Eficiência Energética, com o objetivo de reduzir o consumo de energia da empresa. A empresa também está expandindo o uso de energias renováveis e tecnologias de descarbonização.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> A atuação da Aegea contempla as atividades descritas nas categorias de "Renewal of waste water collection and treatment", "Construction, extension and operation of waste water collection and treatment" da Taxonomia da União Europeia, ambas com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática. Ainda, considerando o déficit da cobertura dos serviços de saneamento no Brasil, avaliamos que os investimentos realizados por empresas de saneamento na expansão dos serviços atendem frequentemente a comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas (população vulnerável). Assim, consideramos que os títulos podem ser considerados "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

## SBSPB1, SBSPB7 E SBSPH0 - SABESP

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) é responsável pela prestação de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto em diversas regiões do estado de São Paulo. Recentemente, a empresa passou por um processo de privatização, concluído em julho de 2024, que resultou na captação de R\$ 14,7 bilhões. A SABESP anunciou um plano de investimentos de R\$ 60 bilhões até 2029, com foco na expansão e modernização da infraestrutura de água e esgoto, incluindo a construção de novas estações de tratamento e a ampliação das redes de coleta. A empresa também está envolvida em projetos de despoluição, como o programa Integra Tietê, que visa melhorar a qualidade da água do rio Tietê.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,71%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Água.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Serviços de saneamento: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	100%
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 6 "Água Potável e Saneamento".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<p><b>Conclusão:</b> A atuação da Sabesp contempla as atividades descritas nas categorias de "Renewal of waste water collection and treatment", "Construction, extension and operation of waste water collection and treatment" da Taxonomia da União Europeia, ambas com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática. Ainda, considerando o déficit da cobertura dos serviços de saneamento no Brasil, avaliamos que os investimentos realizados por empresas de saneamento na expansão dos serviços atendem frequentemente a comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas (população vulnerável). Assim, consideramos que o investimento em Sabesp pode ser considerado um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.</p> <p>Além disso, a Sabesp recebeu o selo "Ação Verde" da B3, por ter mais de 50% da receita proveniente de negócios verdes e mais de 50% dos investimentos e despesas operacionais com a mesma classificação, e menos de 5% do faturamento bruto vindo de combustíveis fósseis.</p> <p>Foram encontradas duas controvérsias envolvendo a Sabesp. Em ambas, ocorreram mortes de funcionários terceirizados da companhia<sup>20, 21</sup>.</p>	

<sup>20</sup> [Tragédia em Ubatuba/SP: Terceirizado a Sabesp morre esmagado por retroescavadeira | Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo](#)

<sup>21</sup> [Trabalhador terceirizado cai de plataforma e morre na zona leste de Presidente Prudente | Presidente Prudente e Região | G1](#)

CSMGB6, CSMGA7, CSMGA9 E CSMGB9 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (COPASA)

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Copasa é uma das maiores empresas de saneamento do Brasil, com sede em Belo Horizonte. A empresa é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água potável, além da coleta e tratamento de esgoto sanitário. Em dezembro de 2023, a Copasa operava 638 concessões de abastecimento de água, atendendo aproximadamente 11,8 milhões de pessoas, e 309 concessões de esgotamento sanitário, atendendo cerca de 8,6 milhões de pessoas. A empresa também está envolvida em projetos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.	
A operação da Copasa inclui investimentos contínuos para melhorar a eficiência e a sustentabilidade de seus serviços. Recentemente, a empresa tem focado em reduzir perdas de água tratada e combater fraudes nas ligações de água, implementando programas de monitoramento e controle rigorosos.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,67%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Água.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Serviços de água: 65,97% Serviços de esgoto: 33,96% Resíduos sólidos: 0,07%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	100%
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 6 "Água Potável e Saneamento".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, por meio do uso de energia renovável, contudo as ações englobam um percentual pequeno das emissões.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<b>Conclusão:</b> O uso de recursos da emissão, assim como a atuação da Copasa como um todo estão enquadrados nas categorias de "Renewal of waste water collection and treatment", "Construction, extension and operation of waste water collection and treatment" da Taxonomia da União Europeia, ambas com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática. Ainda, considerando o déficit da cobertura dos serviços de saneamento no Brasil, avaliamos que os investimentos realizados por empresas de saneamento na expansão dos serviços atendem frequentemente a comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas (população vulnerável). Assim, consideramos que o investimento em Copasa pode ser considerado um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	
Na época da elaboração do Parecer Independente, foram identificadas sete controvérsias de alta severidade, incluindo casos de má prestação de serviços <sup>22</sup> , despejo inadequado de efluentes <sup>23</sup> , descumprimento de prazos para implementação de sistemas de esgotamento e tratamento <sup>24</sup> e acidentes que resultaram em mortes de funcionários <sup>25</sup> e <sup>26</sup> , entre outras.	

<sup>22</sup> [Copasa é condenada a pagar R\\$ 7 milhões a Nova Serrana por danos morais](#)

<sup>23</sup> [Prefeitura de BH move ação contra Copasa por esgoto na Lagoa da Pampulha](#)

<sup>24</sup> [Copasa reconhece erros em projeto, perda de prazo e insatisfação da população em Santos Dumont](#)

<sup>25</sup> [Família de ex-empregado da Copasa morto em rede de água de Santa Bárbara receberá indenização](#)

<sup>26</sup>

Nesse relatório de verificação, foram identificadas duas controvérsias de alta severidade. Em um caso, um funcionário da companhia morreu após uma explosão em estação de tratamento de esgotos<sup>27</sup>. A segunda controvérsia é uma condenação judicial por crime ambiental<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> [Jornal da EPTV 1ª Edição - Sul de Minas | Trabalhador morre após explosão em estação de tratamento da Copasa em Cabo Verde | Globoplay](#)

<sup>28</sup> [Justiça volta atrás e condena Copasa por crime ambiental; reparação é R\\$ 2 milhões | O TEMPO](#)

## GRRB16 - ÁGUAS GUARIROBA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Águas Guariroba S.A. é a concessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A empresa é subsidiária da Aegea Saneamento e Participações S.A., uma das maiores empresas privadas de saneamento básico no Brasil.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,80%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS)</b>	Serviços de Água
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Serviços de saneamento: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis</b>	100%
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 6 "Água Potável e Saneamento".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, por meio do uso de energia renovável e medidas de eficiência energética. (Aegea)
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual da Aegea.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> A atuação da Águas Gariroba S.A. contempla as atividades descritas nas categorias de "Renewal of waste water collection and treatment", "Construction, extension and operation of waste water collection and treatment" da Taxonomia da União Europeia, ambas com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática. Ainda, considerando o déficit da cobertura dos serviços de saneamento no Brasil, avaliamos que os investimentos realizados por empresas de saneamento na expansão dos serviços atendem frequentemente a comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas (população vulnerável). Assim, consideramos que os títulos podem ser considerados "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

## FZCH11 - FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Foz do Chapecó Energia S.A. é responsável pela administração e operação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, localizada no rio Uruguai, entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A usina possui uma capacidade instalada de 855 MW, suficiente para abastecer mais de 5 milhões de residências. A empresa monitora continuamente os níveis do reservatório e as vazões de água, ajustando suas operações conforme as condições hidrológicas e climáticas.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,48%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Eletricidade Renovável.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Geração de energia hídrica: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> Apesar das atividades realizadas pela Foz do Chapecó Energia S.A. possuírem potencial de mitigação das mudanças climáticas pela geração de energia com baixa intensidade de emissões de GEE, UHEs possuem impactos socioambientais relevantes, que frequentemente causam danos a outros objetivos do desenvolvimento sustentável.</p> <p>Considerando que não há evidências de que os empreendimentos atendam aos critérios técnicos definidos em taxonomias de finanças sustentáveis, avaliamos que o investimento em Foz do Chapecó Energia S.A. não pode ser considerado um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Apesar disso, avaliamos que ele promove características ambientais.</p>	

## FZRC11 - FOZ DO RIO CLARO ENERGIA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Foz do Rio Claro Energia S.A, é uma SPE controlada pela Alupar que foi constituída com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, nos municípios de São Simão e Caçu, em Goiás. A UHE possui 68,4 MW de potência instalada e iniciou sua operação em agosto de 2010.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,06%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Eletricidade Renovável.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Geração de energia hídrica: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a UHE Foz do Rio Claro é elegível para a geração de créditos de carbono por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório anual de sustentabilidade da Alupar.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> Apesar das atividades realizadas pela Foz do Rio Claro Energia S.A. possuírem potencial de mitigação das mudanças climáticas pela geração de energia com baixa intensidade de emissões de GEE, UHEs possuem impactos socioambientais relevantes, que frequentemente causam danos a outros objetivos do desenvolvimento sustentável.</p> <p>Considerando que não há evidências de que os empreendimentos atendam aos critérios técnicos definidos em taxonomias de finanças sustentáveis, avaliamos que o investimento em Foz do Rio Claro S.A. não pode ser considerado um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Apesar disso, avaliamos que ele promove características ambientais.</p>	

## CEAL11 - EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Equatorial Alagoas é uma empresa de distribuição de energia elétrica que atua no estado de Alagoas. Ela é responsável por fornecer energia elétrica para cerca de 1,2 milhão de consumidores em 102 municípios do estado. A empresa faz parte do grupo Equatorial Energia, que é um dos maiores grupos de distribuição de energia do Brasil.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,91%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Distribuição de energia: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual da controladora Equatorial.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<p><b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.</p> <p>Foi encontrada uma controvérsia envolvendo a companhia, em que a companhia foi condenada por conta da morte de uma criança eletrocutada<sup>29</sup>.</p>	

<sup>29</sup> [Equatorial é condenada a pagar R\\$2 milhões por morte de menina eletrocutada - Jornal Extra de Alagoas](#)

## CGOS18 - EQUATORIAL GOIÁS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> Equatorial Energia Goiás, anteriormente conhecida como Companhia Energética de Goiás (CELG), é uma empresa de distribuição de energia elétrica que opera no estado de Goiás, com sede em Goiânia. A empresa é uma subsidiária da Equatorial Energia. A rede da Equatorial Goiás cobre 237 municípios, fornecendo energia para mais de 3,3 milhões de consumidores.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,29%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Distribuição de energia: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual da controladora Equatorial.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<p><b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.</p> <p>Uma controvérsia envolvendo a Equatorial Energia Goiás foi identificada. Em junho de 2024, um funcionário morreu enquanto realizava manutenção em uma rede elétrica<sup>30</sup>.</p>	

<sup>30</sup> [Trabalhador morre após levar choque enquanto fazia manutenção em rede elétrica em Terezópolis de Goiás | Goiás | G1](#)

## CPFPA4 E CPFPA6 - COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A CPFL Piratininga é uma subsidiária da CPFL Energia presente em 27 municípios do interior e litoral do estado de São Paulo, fornecendo energia para uma área de 6.954 km <sup>2</sup> . Atualmente, a distribuidora atende cerca de 1,9 milhão de clientes, incluindo residências e empresas. Entre os principais municípios atendidos estão Santos, Sorocaba, Jundiaí e Indaiatuba.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,45%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Distribuição de energia: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, o grupo CPFL Energia possui metas de neutralização e redução das emissões de GEE.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual da holding.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.	

## TRPLA3 - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA (ISA CTEEP)

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A ISA CTEEP é uma empresa de transmissão de energia elétrica do Brasil, operando em 18 estados, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Com uma rede de mais de 31 mil km de circuitos e 137 subestações, a empresa é responsável por cerca de 30% da energia elétrica transmitida no país e aproximadamente 95% no estado de São Paulo. A empresa também possui centros de operação em Jundiaí e Cabreúva, além de regionais em cidades como Taubaté e Bauru.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	3,58%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Transmissão de energia: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a ISA CTEEP realiza compensações de suas emissões.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.	
Na época do Parecer Independente, foi identificada uma controvérsia de alta severidade envolvendo a ISA CTEEP, relacionada a um acidente trabalhista fatal.	

CNVI11 - EVOLTZ VI - CAMPOS NOVOS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A (EVZ VI)

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> O Grupo Evoltz opera em 10 estados brasileiros, incluindo Paraná e Santa Catarina, onde possui concessões específicas. Entre suas principais linhas estão a LT Curitiba-Bateias C2, com 37 km de extensão e operando em 500 kV, e a linha Canoinhas-São Mateus do Sul, com 48 km e operando em 230 kV. Evoltz IV é uma empresa dedicada à operação e manutenção de ativos de transmissão de energia elétrica com 134 km de extensão.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,16%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Transmissão de energia: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não, mas as atividades são pouco intensivas em emissões.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.	

## LNDV11 E LNDV21- EVOLTZ V LONDRINA S.A (EVZ V)

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> Evoltz V é uma empresa dedicada à operação e manutenção de ativos de transmissão de energia elétrica, com aproximadamente 147km extensão. O Grupo Evoltz opera em 10 estados brasileiros, incluindo Paraná e Santa Catarina, onde possui concessões específicas. Entre suas principais linhas estão a LT Curitiba-Bateias C2, com 37 km de extensão e operando em 500 kV, e a linha Canoinhas-São Mateus do Sul, com 48 km e operando em 230 kV.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,22%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Transmissão de energia: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não, mas as atividades são pouco intensivas em emissões.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.	

## TAEEA1 - TAESA

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A TAESA (Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.) é uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do Brasil, com uma rede de aproximadamente 15.123 km de linhas de transmissão em operação e 735 km em construção. A empresa possui 44 e conta com 112 subestações concessões distribuídas por todas as regiões do país, abrangendo 18 estados e o Distrito Federal.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	3,06%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Transmissão de energia: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não, mas as atividades são pouco intensivas em emissões.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.	

## VSUL11 - VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Ventos do Sul Energia S.A. é uma empresa especializada na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com foco em parques eólicos. Localizada no Rio Grande do Sul, a empresa opera diversos parques eólicos na região, contribuindo significativamente para a matriz energética sustentável do Brasil. A companhia conta com uma capacidade instalada de aproximadamente 150 MW.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,31%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Eletricidade Renovável.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Geração de energia eólica: 100%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	100%
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a Elecnor (controladora) possui metas de neutralização baseadas na ciência.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> As atividades de geração de energia eólica realizadas pela Ventos do Sul possuem potencial de mitigação das mudanças climáticas por gerar energia com baixa intensidade de emissões de GEE. A geração de energia eólica é considerada alinhada aos objetivos de mitigação de mudanças climáticas descritas na categoria de "Electricity generation from wind power" da Taxonomia da União Europeia. Portanto, consideramos que o ativo é um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

ESULA7 - ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Energisa Mato Grosso do Sul é uma concessionária de distribuição de energia elétrica que atende aproximadamente 1,1 milhão de clientes em 74 municípios do estado. A empresa faz parte do Grupo Energisa, que opera em diversas regiões do Brasil. A Energisa Mato Grosso do Sul tem investido na modernização de sua infraestrutura, incluindo a implementação do Sistema Avançado de Gerenciamento de Distribuição (ADMS), que visa melhorar a eficiência e a confiabilidade do fornecimento de energia.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,65%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Distribuição de energia.
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a Energisa (controladora) possui o compromisso de neutralizar suas emissões até 2050.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual da Energisa.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.	

## ALSR12 - ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Alsol Energias Renováveis, subsidiária do Grupo Energisa, é uma empresa focada na geração distribuída de energia solar fotovoltaica. Com operações em estados como Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, a Alsol possui uma capacidade instalada de 77 MWp, que será ampliada para 144 MWp com a implantação de 49 novas usinas solares.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,41%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Eletricidade Renovável.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Geração de energia solar: 100%.
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	100%
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a Energisa (controladora) possui o compromisso de neutralizar suas emissões até 2050.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual da Energisa.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> As atividades de geração de energia solar realizadas pela Alsol possuem potencial de mitigação das mudanças climáticas por gerar energia com baixa intensidade de emissões de GEE. A geração de energia solar é considerada alinhada aos objetivos de mitigação de mudanças climáticas descritas na categoria de "Electricity generation using solar photovoltaic technology" da Taxonomia da União Europeia. Portanto, consideramos que o ativo é um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

## ASSISTÊNCIA MÉDICA

### HAPV12 E HAPV13 - HAPVIDA PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Neutros.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Hapvida Participações e Investimentos S.A. é uma das maiores operadoras de saúde do Brasil, oferecendo serviços de assistência médica e odontológica por meio de uma rede própria de hospitais, clínicas e laboratórios. A empresa possui uma base de mais de 8 milhões de beneficiários e está presente em todas as regiões do país.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,89%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Assistência Médica Administrada
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Seguros: 96,51% Serviços prestados: 3,49%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, por meio do uso de energia renovável e medidas de eficiência energética.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Hapvida sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Também não está claro como as atividades promovem benefícios sociais.  Além disso, avaliamos que a companhia possui uma capacidade limitada de gestão de riscos e oportunidades ASG, de forma que consideramos o investimento como "Neutro".  Os desafios de gestão ASG da Hapvida são evidenciados pelas controvérsias identificadas. Na época do Parecer Independente, foram identificadas 3 controvérsias de alta severidade, relacionadas a determinações da justiça para que a Hapvida pague valores devidos ao SUS <sup>31</sup> , acusações de que a empresa vem descumprindo sistematicamente decisões judiciais <sup>32</sup> e a má prestação de serviços que resultaram na morte de um bebê <sup>33</sup> .  Na atual análise, foram identificadas duas controvérsias de alta severidade envolvendo a empresa, relacionadas a determinações da justiça para que a Hapvida pague multa por problemas de documentação, atendimento e infraestrutura <sup>34</sup> e a negação de atendimento a crianças <sup>35</sup> .	

<sup>31</sup> [Justiça determina que Hapvida \(HAPV3\) pague dívida de R\\$ 700 milhões em ressarcimento ao SUS](#)

<sup>32</sup> [Maior plano de saúde do País, Hapvida NotreDame é investigada por se negar a cumprir liminares - Estadão](#)

<sup>33</sup> [Plano de saúde pagará R\\$ 250 mil a casal que perdeu bebê - Folha](#)

<sup>34</sup> [Ministério Público do Estado do Ceará](#)

<sup>35</sup> [Hapvida é multada em R\\$ 2,1 milhões por negar terapia a crianças com TGD - AMAZONAS ATUAL](#)

## CPOG11 - ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos é rede de tratamentos oncológicos. A Oncoclínicas está presente em 12 estados brasileiros, com mais de 145 unidades distribuídas em 39 cidades brasileiras. Fundada em 2010, a empresa oferece uma abordagem integrada e multidisciplinar para o tratamento do câncer, incluindo oncologia clínica, radioterapia, hematologia e transplante de medula óssea.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,32%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Serviços de Assistência Médica.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Serviços de saúde: 100%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Apenas realiza inventário, haja vista que a operação não envolve grandes emissões de GEE.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à saúde), avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Oncoclínicas sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.	

## RDORB3 E RDORB7 - REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Rede D'Or São Luiz S.A. é uma empresa brasileira que opera uma rede de hospitais e clínicas especializadas. Fundada em 1977, a empresa está sediada em São Paulo. A Rede D'Or oferece serviços médicos em diversas áreas, incluindo diagnóstico e tratamento de câncer, além de serviços como banco de sangue, diálise e clínicas ambulatoriais de várias especialidades.	
A empresa possui hospitais próprios e administra outros, além de operar clínicas de oncologia. Suas operações estão presentes em vários estados brasileiros, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Sergipe, Paraná, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba e no Distrito Federal.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,64%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Serviços de Assistência Médica.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Saúde (planos administrados): 49,5% Hospitalar: 48,8% Outros serviços: 1,7%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Rede D'Or dispõe de compromissos e metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à saúde), avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Rede D'Or sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.	
Na época do Parecer Independente, foram identificadas duas controvérsias de alta severidade, uma relacionada a um ato de racismo por parte de um médico da rede <sup>36</sup> e outra envolvendo denúncias realizadas por colaboradores por supostas práticas discriminatórias adotadas em hospitais <sup>37</sup> .	

<sup>36</sup> [Paciente acusa médico da Rede D'Or de racismo: na hora de dar alta à doente, disse que daria 'carta de alforria'](#)

<sup>37</sup> [Colaboradores da Rede D'or em Salvador denunciam discriminação; saiba detalhes](#)

## DASAA6, DASAB5 E DASAC5 – DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Diagnósticos da América S.A. (Dasa) é uma empresa brasileira de capital aberto, fundada em 1961, com sede em Barueri, São Paulo. A empresa atua no setor de medicina diagnóstica, oferecendo serviços como análises clínicas, diagnóstico por imagem, vacinação, oncologia, patologia e genética.	
Dasa opera mais de 900 unidades ambulatoriais, incluindo laboratórios, centros de radiologia e clínicas especializadas, além de 15 hospitais por meio de sua subsidiária Ímpar Serviços Hospitalares. A empresa está presente em todas as regiões do Brasil, bem como no Uruguai e na Argentina.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,48%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Instalações de Assistência Médica.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Hospitais e Oncologia: 51,9%; Diagnósticos e Coordenação de Cuidados: 48,1%.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	A Dasa não dispõe de compromissos com a redução das emissões de gases de efeito estufa, mas em 2022 compensou 100% de suas emissões.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à saúde), avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Dasa sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais	

## HYPEA8 - HYPERA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Neutros.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Hypera S.A. é uma das maiores empresas farmacêuticas do Brasil, com sede em São Paulo. A empresa opera em diversos segmentos, incluindo medicamentos de prescrição, produtos de consumo e genéricos. A Hypera possui um portfólio diversificado de marcas líderes e investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento para expandir sua presença no mercado.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	3,08%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Produtos Farmacêuticos
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Produtos de prescrição: 31%; Similares e genéricos: 28% Consumer Health (medicamentos isentos de prescrição): 26%; Mercado institucional: 8% Skincare: 7%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Realiza comercialização de créditos de carbono para neutralizar em 100% as emissões dos gases de efeito estufa emitidos nas entregas via e-commerce.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<p><b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Hypera sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Também não há indícios claros de que as atividades desenvolvidas pela Hapvida promovam benefícios sociais diretos e mensuráveis.</p> <p>Além disso, avaliamos que a companhia possui uma capacidade limitada de gestão de riscos e oportunidades ASG, de forma que consideramos o investimento como "Neutro".</p> <p>Os desafios de gestão ASG da Hypera são evidenciados pelas controvérsias identificadas. Na época do Parecer Independente, foi identificada uma controvérsia de alta severidade, relacionada à "Operação Tira-Teima", envolvendo pagamentos indevidos realizados por ex-administradores da companhia a políticos<sup>38</sup>. O caso foi encerrado em 2020, com um acordo de leniência realizado entre o poder público e a Hypera Pharma. Entretanto, João Alves de Queiroz Filho, o maior acionista da empresa e presidente do conselho de administração da companhia à época dos fatos ainda faz parte do conselho da companhia.</p>	

<sup>38</sup> [O acordo de leniência de R\\$ 110 mi da Hypera que f... | VEJA](#)

Ademais, foi identificada uma controvérsia de alta severidade envolvendo um possível fraude na compra de medicamentos, na qual o Ministério Público acusa um laboratório absorvido pela Hypera de ter usado prescrições falsas para aumentar as compras do poder público<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> [MP pede indenização à Hypera por fraude na compra de medicamentos](#)

## KRSA12 - KORA SAUDE PARTICIPACOES S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Kora S.A. atua no setor de saúde, administrando uma rede de hospitais e clínicas em vários estados do Brasil, incluindo Espírito Santo, Ceará, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. A empresa oferece uma variedade de serviços hospitalares, como internações, cirurgias, atendimentos de emergência e tratamentos especializados. Suas fontes de receita incluem a prestação de serviços hospitalares, consultas médicas, procedimentos cirúrgicos e tratamentos oncológicos.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,03%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Instalações de Assistência Médica.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Serviços médicos e hospitalares: 100%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não possui.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à saúde), avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Kora sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.	

## FLRY17 E FLRY27 – FLEURY S.A

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> O Grupo Fleury é uma empresa brasileira que atua no setor de medicina diagnóstica e saúde. Fundada em 1926, a empresa tem sede em São Paulo e oferece serviços como análises clínicas, diagnóstico por imagem, genética, vacinas e check-ups. A Fleury opera mais de 500 unidades de atendimento em 14 estados brasileiros e no Distrito Federal.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	3,03%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Serviços de Assistência Médica.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Medicina diagnóstica: 70,4%; Medicina integrada: 29,6%.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 “Saúde e bem-estar”
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	O Grupo Fleury dispõe de compromissos e metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à saúde), avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas “investimentos sustentáveis”, conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pelo Fleury sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.	
Na época do Parecer Independente, foram identificadas duas controvérsias, ambas envolvendo ataques cibernéticos que afetaram as operações do Grupo Fleury, ocorridas em 2021 e 2023 <sup>40</sup> .	

<sup>40</sup> Fleury é alvo de ataque cibernético | Empresas | Valor Econômico

## MATD11 E MATD12 - HOSPITAL MATER DEI S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Mater Dei S.A. opera uma rede de hospitais em Minas Gerais, Goiás, Pará e Bahia, com capacidade total de 2,5 mil leitos, dos quais 1,5 mil são operacionais. A empresa oferece serviços hospitalares, incluindo internações, cirurgias, atendimentos de emergência e tratamentos especializados. Suas fontes de receita incluem a prestação de serviços hospitalares, consultas médicas e procedimentos cirúrgicos.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,52%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Instalações de Assistência Médica.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Serviços médicos e hospitalares: 100%
<b>Categoria dos <i>Social Bond Principles</i></b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<p><b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à saúde), avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pelo Hospital Mater Dei sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos <i>Social Bond Principles</i>. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.</p> <p>Na época do Parecer Independente, foi identificada uma controvérsia de alta severidade, envolvendo a adoção de práticas irregulares e o não atendimento de normas sanitárias em linha com exigências de agências reguladoras<sup>41</sup>.</p>	

<sup>41</sup> Ministério Público do Estado de Mato Grosso

## CMPH14 - CM HOSPITALAR S.A. (VIVEO)

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A CM Hospitalar S.A., também conhecida como Viveo, é uma empresa brasileira que atua no setor de saúde. Fundada em 1996, a empresa está sediada em Ribeirão Preto, São Paulo. A CM Hospitalar oferece uma ampla gama de produtos e serviços, incluindo medicamentos, materiais hospitalares, equipamentos médicos e soluções de logística para hospitais e clínicas. A empresa possui operações em várias regiões do Brasil, com unidades em São Paulo, Campinas e outras localidades.'	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,004%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Equipamentos de Assistência Médica.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Distribuição de medicamentos: 79,5%; Distribuição e fabricação de materiais hospitalares: 19,4%; Outros: 1,1%.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a empresa possui compromissos de redução de emissões de GEE.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Viveo sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles.  Entretanto, consideramos que os serviços prestados pela Viveo são importantes para o bom funcionamento do segmento de assistência médica. Ademais, consideramos que a companhia possui uma boa capacidade de gestão de seus principais riscos e oportunidades ASG. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais ou sociais.	

## EUFA17 - EUROFARMA LABORATORIOS S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Eurofarma Laboratórios opera em 22 países, com 12 fábricas estrategicamente localizadas, incluindo cinco no Brasil. A empresa atua em diversos segmentos farmacêuticos, como prescrição médica, medicamentos isentos de prescrição, genéricos, hospitalar, oncologia e serviços a terceiros. Desde 2009, a Eurofarma tem expandido suas operações internacionalmente, adquirindo empresas e integrando suas operações para replicar seu modelo comercial em novos mercados.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,47%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Produtos Farmacêuticos.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	100% Produtos Farmacêuticos.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a Eurofarma compensa suas emissões de escopo 1 e possui contratos de compra de energia de um parque eólico que atende a 100% da necessidade de energia elétrica da companhia.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio do Relatório de Sustentabilidade.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Eurofarma sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles.</p> <p>Entretanto, consideramos que os serviços prestados pela Eurofarma são importantes para o bom funcionamento do segmento de assistência médica. Ademais, consideramos que a companhia possui uma boa capacidade de gestão de seus principais riscos e oportunidades ASG. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais ou sociais.</p>	

## ALTF11 – ALTHAIA S.A. INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Neutros.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica é uma empresa brasileira fundada em 2010, com sede em São Paulo. A empresa atua no desenvolvimento, fabricação e comercialização de medicamentos genéricos, similares e específicos.	
A Althaia possui unidades operacionais em São Paulo (SP), Atibaia (SP) e Pouso Alegre (MG), onde realiza suas atividades de produção e distribuição. A empresa também oferece serviços de desenvolvimento e registro de medicamentos para parceiros comerciais.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,23%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Produtos Farmacêuticos.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	100% Produtos Farmacêuticos.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 3 “Saúde e bem-estar”
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não possui.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas “investimentos sustentáveis”, conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Althaia sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Também não há indícios claros de que as atividades desenvolvidas promovam benefícios sociais diretos e mensuráveis.	
Além disso, não há informações suficientes disponíveis para avaliar a capacidade de gestão de riscos e oportunidades ASG da companhia, de forma que consideramos o investimento como “Neutro”.	

## ACHL12 - ACHÉ LABORATORIOS FARMACÊUTICOS S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Neutros.	
<b>Descrição do emissor:</b> Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. é uma empresa brasileira fundada em 1966, com sede em São Paulo. A empresa atua no desenvolvimento, fabricação e comercialização de medicamentos, abrangendo mais de 157 classes terapêuticas em 30 especialidades médicas.	
Aché possui cinco plantas industriais localizadas em São Paulo (SP), Guarulhos (SP), Anápolis (GO), Londrina (PR) e Cabo de Santo Agostinho (PE), além de um centro de distribuição em Guarulhos (SP). A empresa também participa da joint venture Bionovis, focada na produção de biofármacos.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	3,09%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS)</b>	Produtos Farmacêuticos.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Indeterminado.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	Indeterminado.
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	Indeterminado.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não possui.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas “investimentos sustentáveis”, conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Aché Laboratórios sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Também não há indícios claros de que as atividades desenvolvidas promovam benefícios sociais diretos e mensuráveis.	
Além disso, não há informações suficientes disponíveis para avaliar a capacidade de gestão de riscos e oportunidades ASG da companhia, de forma que consideramos o investimento como “Neutro”.	

## UQFN15 - UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Neutros.	
<b>Descrição do emissor:</b> A União Química opera em cinco unidades de negócios: Farma, Genom, Hospitalar, Agener Saúde Animal e Outsourcing, com nove plantas industriais e um centro de distribuição.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,08%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS)</b>	Produtos Farmacêuticos.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Não disponível em fontes públicas.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (saúde).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	Não disponível em fontes públicas. Contudo, avaliamos que as atividades estão relacionadas ao ODS 3 "Saúde e bem-estar"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	Não disponível em fontes públicas.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio do Relatório de Sustentabilidade.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela União Química sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Também não há indícios claros de que as atividades desenvolvidas promovam benefícios sociais diretos e mensuráveis.</p> <p>Além disso, não há informações suficientes disponíveis para avaliar a capacidade de gestão de riscos e oportunidades ASG da companhia, de forma que consideramos o investimento como "Neutro".</p>	

## BENS DE CONSUMO DISCRICIONÁRIO

### COGNA2 - COGNA EDUCACAO S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Cogna Educação é organização educacional brasileira que opera através de marcas como Kroton, Saber e Somos Educação. Essas marcas abrangem desde a educação básica até o ensino superior. A empresa atende direta e indiretamente mais de 22 milhões de alunos, em mais de 5 mil municípios.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,14%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Educação.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Serviços de Educação: 100%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (educação).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 4 "Educação de Qualidade".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, possui metas de redução das emissões de GEE, e aderiu ao movimento ambição net zero.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à educação), avaliamos que os investimentos em Cogna não podem ser considerados "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas. Entendemos que parte dos alunos são de famílias de baixa renda, contudo não há clareza quanto à relevância deste público para a companhia, não sendo possível afirmar que os serviços prestados pela empresa são focados em atender a um público-alvo vulnerável. Assim, o investimento não pode ser considerado alinhado aos Social Bond Principles. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.	

## YDUQ18 - YDUQS PARTICIPACOES S.A

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Yduqs atua na área do ensino superior privado, oferecendo cursos de graduação, graduação tecnológica, pós-graduação, cursos preparatórios e cursos livres nas modalidades presencial e digital. A empresa possui mais de mil polos de ensino e está presente em mais de 700 cidades.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,17%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Educação.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Serviços de Educação: 100%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (educação).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 4 "Educação de Qualidade".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a Yduqs realiza a compensação de suas emissões de GEE (escopos 1 e 2).
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à educação), avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Yduqs sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável <sup>42</sup> , conforme definido nos Social Bond Principles. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.	

<sup>42</sup> Entendemos que parte dos alunos são de famílias de baixa renda, contudo não há clareza quanto à relevância deste público para a companhia, não sendo possível afirmar que os serviços prestados pela empresa são focados em atender a um público-alvo vulnerável.

## SEER13 - SER EDUCACIONAL S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Ser Educacional S.A. é uma organização privada de ensino superior no Brasil, fundada em 1993 e sediada em Recife, Pernambuco. A empresa oferece cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial (ensino híbrido) e à distância (ensino digital).  A Ser Educacional opera 58 unidades de ensino e 863 polos de educação à distância, distribuídos em todas as regiões do Brasil. Suas principais marcas incluem UNINASSAU, UNAMA, UNINORTE e Universidade de Guarulhos. A empresa atende a mais de 312 mil alunos, com uma presença significativa nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste do país.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,13%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Educação.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Graduação presencial: 86,2%; Ensino à distância: 11,7%; Pós-graduação presencial: 0,4%; Outros: 1,7%.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (educação).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 4 "Educação de Qualidade".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório anual de sustentabilidade.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Apesar de prestar serviços essenciais (acesso à educação), avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Ser Educacional sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável <sup>43</sup> , conforme definido nos Social Bond Principles. Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.	

<sup>43</sup> Entendemos que parte dos alunos são de famílias de baixa renda, contudo não há clareza quanto à relevância deste público para a companhia, não sendo possível afirmar que os serviços prestados pela empresa são focados em atender a um público-alvo vulnerável.

VTBE13 - VITRU S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Vitru S.A. é uma empresa brasileira que atua no setor de educação, com foco em ensino superior digital. Fundada em 2014, a empresa está sediada em Florianópolis, Santa Catarina. A Vitru oferece cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de ensino à distância (EAD), através de suas marcas Uniasselvi e UniCesumar. A empresa opera mais de 900 polos de educação à distância, distribuídos em todas as regiões do Brasil. A Vitru atende a mais de 500 mil alunos, proporcionando acesso à educação superior de qualidade por meio de plataformas digitais.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,73%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Educação.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Ensino à distância: 72,1%; Graduação presencial: 22,7%; Educação continuada: 5,2%.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (educação).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 4 "Educação de Qualidade".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	A companhia não assumiu uma meta, mas em 2023 relatou uma redução de 79% no Total de emissões diretas (Escopo 1) de GEE em tCO <sub>2</sub> , em relação a 2022.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório anual de sustentabilidade.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> O uso dos recursos da emissão visou expandir a operação da companhia, cuja principal atividade envolve a prestação de serviços essenciais (acesso à educação), contudo, avaliamos que os investimentos em Vitru não podem ser considerados "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas.	
Entendemos que parte dos alunos são de famílias de baixa renda, contudo não há clareza quanto à relevância deste público para a companhia, não sendo possível afirmar que os serviços prestados pela empresa são focados em atender a um público-alvo vulnerável. Assim, o investimento não pode ser considerado alinhado aos Social Bond Principles e não pode ser considerado um "investimento sustentável". Entretanto, avaliamos que o investimento promove características sociais.	

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino é uma empresa do grupo Arco Educação que atua no setor de soluções educacionais. Com sede em Fortaleza, Ceará, fundada em 2004, a empresa atua principalmente na edição integrada à impressão de livros.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,48%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Educação.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Não disponível publicamente.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (educação).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	Não disponível publicamente.
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	Não disponível publicamente.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, a Arco possui a meta de ser neutra em carbono (escopos 1 e 2) até 2025.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não (o relatório de sustentabilidade disponível mais recente é de 2021).
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios de que as atividades desenvolvidas pela Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino sejam voltadas ao atendimento de comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles.	
<b>Entretanto, consideramos que os serviços prestados pela Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino são essenciais para o bom funcionamento do segmento de educação. Assim, avaliamos que o investimento promove características sociais.</b>	

## SERVIÇOS FINANCEIROS

### ITSA24 – ITAÚSA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis	
<b>Descrição do emissor:</b> A Itaúsa S.A. é uma holding brasileira de investimentos de capital aberto, fundada em 1966 e sediada em São Paulo. A empresa possui um portfólio diversificado, incluindo participações em empresas líderes em seus segmentos, como Itaú Unibanco, Dexco, Alpargatas, Copagaz e NTS.	
A Itaúsa está presente em mais de 50 países, com operações que abrangem setores como financeiro, industrial, consumo e energia.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Segundo a escritura da emissão, os recursos líquidos captados “serão utilizados, majoritariamente, para aquisição de ações e aporte de capital na AEGEA Saneamento e Participações S.A., e, o remanescente para aporte de capital em subsidiárias da AEGEA Saneamento e Participações S.A., via integralização de ações”.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	2,12%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Bancos Diversificados.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Investimentos em Itaú Unibanco: 95,5%; Outros: 4,5%
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	Indeterminado.
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	Indeterminado.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Segundo o Relatório ASG 2023, a companhia tem o objetivo de se tornar carbono neutro até 2050, além de trabalhar em planos e metas alinhadas ao NZBA.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Considerando que os recursos foram utilizados unicamente para realização de aporte na Aegea e suas subsidiárias, cujas atividades estão em linha com o conceito de “investimento sustentável” definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088 (conforme destacado acima), avaliamos que o investimento nas debêntures da Itaúsa também pode ser considerados investimentos sustentáveis.	

## 5ISAA111 E 5ISAA121 - FIDC ARCO EDUCAÇÃO

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Neutros	
<b>Descrição do emissor:</b> A Isaac, subsidiária da Arco Educação, é uma fintech que oferece soluções financeiras e de gestão para escolas privadas de educação básica. A empresa foi adquirida pela Arco Educação em outubro de 2022, quando o grupo passou a deter 100% de seu capital social. Atualmente, a Isaac atende mais de 850 colégios particulares no Brasil e transaciona um volume anual de cerca de R\$ 2 bilhões em sua plataforma.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Compra de direitos creditórios do FIDC Isaac.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,02%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços financeiros especializados
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Não disponível publicamente.
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (educação).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 4 "Educação de Qualidade".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	Não disponível publicamente.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não, mas o tema é pouco material para a companhia.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios claros de que as atividades desenvolvidas pela Arco Educação promovam benefícios sociais diretos e mensuráveis ou de que a companhia possui como foco atender a comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Dessa forma, consideramos o investimento como "Neutro".	

5CRE1126, 5CRE1127, 5CRE1128 5CRE1132 E 5CRE1133 - FIDC PRAVALER

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Neutros	
<b>Descrição do emissor:</b> A Pravaler Educação é uma fintech brasileira que oferece soluções financeiras voltadas para o financiamento estudantil, facilitando o acesso à educação superior. A empresa colabora com mais de 500 instituições de ensino superior no Brasil, atendendo a milhares de alunos.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,28%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços financeiros especializados.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Crédito estudantil: 100%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (educação).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 4 "Educação de Qualidade".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não, mas o tema é pouco material para a companhia.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há indícios claros de que as atividades desenvolvidas pela Pravaler promovam benefícios sociais diretos e mensuráveis ou de que a companhia possui como foco atender a comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas ou a outro público-alvo vulnerável, conforme definido nos Social Bond Principles. Dessa forma, consideramos o investimento como "Neutro".	

## INDUSTRIAIS

### EESG13 - ENVIRONMENTAL ESG PARTICIPACOES S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Environmental ESG Participações S.A. é uma empresa do Grupo Ambipar que oferece soluções ambientais para valorização de resíduos industriais e pós-consumo. Suas atividades incluem reciclagem, coprocessamento e manufatura reversa. A empresa também gera créditos de carbono e opera no Chile, Peru e Paraguai. Além disso, investe em projetos de conservação, reflorestamento e manejo agropecuário sustentável.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,49%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços Ambientais e Instalações.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	N/A.
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	Indeterminado.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100%: ODS 12 "Consumo e Produção Sustentáveis".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, envolvendo escopos 1, 2 e 3.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual da controladora.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> A atuação da Ambipar e subsidiárias está relacionada a diversas atividades consideradas pela Taxonomia da União Europeia como atividades que contribuem para o objetivo de economia circular, por meio de coleta e transporte de resíduos perigosos e não perigosos, soluções de reprocessamento, reciclagem e reutilização. Apesar de não termos acesso a informações precisas que nos permitam avaliar as atividades frente aos critérios técnicos da Taxonomia, consideramos as atividades geram benefícios ambientais tangíveis. Assim, avaliamos que as debêntures podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.</p> <p>Além disso, a Ambipar recebeu o selo "Ação Verde" da B3, por ter mais de 50% da receita proveniente de negócios verdes e mais de 50% dos investimentos e despesas operacionais com a mesma classificação, e menos de 5% do faturamento bruto vindo de combustíveis fósseis.</p> <p>Na época do Parecer Independente, foi identificada uma controvérsia de alta severidade, relacionada a uma investigação do MPT que apura denúncias de suposta prática de assédio moral contra trabalhadores e demissão em massa de funcionários de uma subsidiária que havia sido recém adquirida<sup>44</sup>.</p>	

<sup>44</sup> Empresa da Ambipar (AMBP3) é investigada pelo MPT- Capitalist

**AERI12 - AERIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A**

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. é uma empresa brasileira fundada em 2010, com sede em Caucaia, Ceará. A empresa atua na fabricação de pás para geradores de energia eólica, oferecendo produtos de alta qualidade para o mercado de energia renovável.	
A Aeris possui instalações industriais modernas e opera em uma localização estratégica no Nordeste brasileiro. A empresa também oferece serviços especializados, como reparos, manutenção e inspeções de pás eólicas.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,01%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Equipamentos Elétricos Pesados.
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Produção de pás para aerogeradores: 94,7%; Manutenção de pás: 5,3%.
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis:</b>	100%
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Acessível e Limpa".
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	A empresa realizou o Inventário, mas ainda não possui ações para neutralização das emissões.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> A atuação da Aeris contempla as atividades descritas na categoria de "Electricity generation from wind power" da Taxonomia da União Europeia, contribuindo para o objetivo de mitigação das mudanças climáticas. Assim, consideramos que o investimento em Aeris pode ser considerado um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

## RMGL11 - ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Romagnole Produtos Elétricos S.A. é uma fabricante de produtos elétricos do Brasil, atuando no mercado desde 1962. A empresa oferece uma ampla gama de produtos, incluindo transformadores de distribuição, industriais e de força, cabines de entrada, medição, transformação, seccionamento e proteção, além de ferragens eletrotécnicas e estruturas para usinas solares.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão dos negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,80%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS)</b>	Equipamentos Elétricos Pesados.
<b>Principais fontes de receita (2023)</b>	Receitas não disponíveis publicamente.
<b>Percentual de receitas alinhadas a taxonomias de finanças sustentáveis</b>	Receitas não disponíveis publicamente.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	Receitas não disponíveis publicamente.
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	Receitas não disponíveis publicamente.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório anual de sustentabilidade. O mais recente se refere ao ano de 2022.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> Avaliamos que as debêntures não podem ser consideradas “investimentos sustentáveis”, conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088, pois não há alinhamento claro das atividades desenvolvidas pela Romagnole com taxonomias de finanças sustentáveis.</p> <p>Entretanto, conforme indicado pela Gestora, mais de 50% das receitas da Romagnole são provenientes de produtos essenciais para o bom funcionamento do segmento de geração e transmissão de energia renovável. Assim, avaliamos que o investimento promove características ambientais.</p>	

## IMÓVEIS

### MRVEA8 E MRLE13 - MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. E MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimento que promove características ambientais ou sociais.	
<b>Descrição do emissor:</b> A MRV Engenharia e Participações S.A. é uma empresa brasileira fundada em 1979, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais. A empresa atua no setor de construção civil, focando principalmente no desenvolvimento de empreendimentos residenciais para a população de baixa e média renda. A MRV opera em mais de 160 cidades em todo o Brasil, abrangendo todas as regiões do país.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Gestão de negócios.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,50%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Desenvolvimento Imobiliário
<b>Principais fontes de receita (2023):</b>	Incorporação imobiliária: 97,4%; Loteamento: 2,2%; Locação residencial: 0,5%
<b>Categoria dos Social Bond Principles</b>	Acesso a serviços essenciais (habitação).
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 11 "Cidades e comunidades sustentáveis"
<b>Receita advinda de setores controversos</b>	0%
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	A MRV compensa emissões de escopo 1 e 2, e é signatária da Science Based Targets Initiative (SBTi).
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade anual.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> Parte das atividades desenvolvidas pela MRV podem ser consideradas alinhadas aos Social Bond Principles, enquadradas na categoria de acesso a habitação a preços acessíveis. Segundo dados do formulário de referência da MRV<sup>45</sup>, cerca de 74,5% das unidades de seu portfólio eram elegíveis para atender às faixas 1 e 2 do MCMV, destinadas a famílias com renda bruta de até R\$ 4.400 mensais em áreas urbanas e de até R\$ 52.800,00 por ano em áreas rurais, além de não possuem nenhum imóvel registrado em seus nomes.</p> <p>Avaliamos que essa população pode ser considerada uma comunidade econômica ou socialmente desfavorecida, pois o acesso a um imóvel próprio e digno para essa população é escasso, de forma que as atividades relacionadas às faixas 1 e 2 do MCMV podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.</p> <p>O restante do portfólio (25,5%) é destinado a famílias com renda mais alta, que, em nossa visão, não podem ser consideradas vulneráveis, e, portanto, não são consideradas "investimentos sustentáveis".</p> <p>Na época do Parecer Independente, foram identificadas quatro controvérsias severas relacionadas à MRV, envolvendo a inclusão da empresa na lista suja do trabalho escravo (a MRV realizou acordos com a União Federal, e não consta mais na lista)<sup>46</sup>; acidentes trabalhistas</p>	

<sup>45</sup> Formulário de Referência - MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.

<sup>46</sup> Após 7 flagrantes, MRV realiza acordo com governo e fica fora da 'lista suja' do trabalho escravo

que resultaram na morte de um funcionário<sup>47</sup>; segregação de pessoas com deficiências<sup>48</sup> e a realização de pagamentos a maior milícia do país<sup>49</sup>.

Tendo em vista que parte significativa das receitas é proveniente do desenvolvimento de unidades para pessoas que não são consideradas vulneráveis, e que a MRV possui um histórico recente de controvérsias de alta severidade, avaliamos que a debênture não pode ser considerada um "investimento sustentável. Entretanto, entendemos que ela promove benefícios sociais.

---

<sup>47</sup> [Aterro cede e mata trabalhador soterrado | RDNEWS - Portal de notícias de MT](#)

<sup>48</sup> [Justiça impede MRV de comercializar imóveis com preços mais altos a pessoas com deficiência e de segregar clientes por bloco, em Uberlândia](#)

<sup>49</sup> [Documentos revelam pagamentos de construtoras à maior milícia do país](#)

## DEBÊNTURES ATRELADAS A METAS

### IOCMXW - IOCHPE-MAXION

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Iochpe-Maxion é uma empresa brasileira que atua na produção de rodas automotivas, componentes estruturais automotivos e equipamentos ferroviários. A empresa opera por meio de três divisões principais: Maxion Wheels, que fabrica rodas de aço para veículos leves, comerciais e agrícolas, além de rodas de alumínio para veículos leves; Maxion Structural Components, que produz longarinas, travessas e chassis completos para veículos comerciais, além de componentes estruturais para veículos leves; e AmstedMaxion, que se dedica à fabricação de vagões de carga, rodas ferroviárias e fundidos.	
<b>Destinação dos recursos:</b> O ativo se trata de títulos de dívida no exterior, do tipo Sustainability-Linked Notes Units (SLN), vinculados a metas de sustentabilidade. Segundo a escritura de emissão, os recursos serão utilizados para a busca de eficiência nos processos de produção da companhia.	
<b>Descrição do KPI e meta:</b> O KPI proposto para o SLN é intensidade de carbono (escopos 1 e 2) por kg produzido. A meta proposta é reduzir a intensidade de emissões em ao menos 30% até 2025 em comparação à intensidade verificada em 2019. Segundo a última revisão do Sustainability-Linked Financing Framework da companhia, disponível em seu website <sup>50</sup> , a intensidade de emissões em 2023 foi aproximadamente 30,3% inferior à verificada em 2019. Mais detalhes sobre o <i>framework</i> da companhia podem ser encontrados no website da companhia <sup>51</sup> .	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,20%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Peças e Equipamentos Automotivos.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 12 "Consumo e Produção Sustentáveis".
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Através da iniciativa Roadmap Zero, a empresa estabeleceu metas para alcançar a neutralidade de carbono até 2040. Este plano de transição está alinhado com o Acordo de Paris. Além disso, a empresa está comprometida com o Padrão Net-Zero da SBTi.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio de relatório de sustentabilidade.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> A atuação da companhia não se está relacionada a atividades consideradas pela Taxonomia da União Europeia como atividades sustentáveis. No entanto, em nossa análise, consideramos as metas estabelecidas pela emissão de SLN como "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

<sup>50</sup> <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/aa331a3b-0a4a-4acc-a70e-512ff88e3c02/7976e5a2-aa19-ffd6-d5cd-3f50c4d35ef2?origin=1>

<sup>51</sup> [Microsoft Word - Iochpe's Final Framework R.02 v.06.12.2021.docx](#)

## TÍTULOS VERDES

### OGDS11 - OMEGA DESENVOLVIMENTO S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Omega Desenvolvimento S.A. é uma empresa brasileira que atua no setor de energia. Fundada em 2021, a empresa está sediada em São Paulo. A Omega Desenvolvimento é especializada na geração de energia elétrica, com foco em fontes renováveis.	
A empresa possui operações em várias regiões do Brasil, incluindo unidades em São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE).	
<b>Destinação dos recursos:</b> Segundo a escritura da emissão os recursos seriam destinados para realização de investimentos e reembolsos de gastos relacionados a projetos de desenvolvimento e implantação de geração de energia renovável, incluindo os projetos eólicos Assuruá 4 e Assuruá 5, localizados na Bahia, bem como reforço de caixa e capital de giro. Segundo mencionado no parecer independente sobre a operação, que rotulou as debêntures como verdes, a destinação dos recursos está alinhada aos Green Bond Principles. O relatório de verificação pós emissão relacionada à debênture confirmou que o uso dos recursos ocorreu como previsto.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,18%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Eletricidade Renovável.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Limpa e Acessível".
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	A Omega Energia estruturou e aprovou um Plano de Descarbonização, identificando que suas emissões são significativamente menores que a média do setor no Brasil.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	O relatório com informações ASG mais recente é de 2022.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Os recursos da emissão foram utilizados para financiar projetos de desenvolvimento de energia eólica, que possuem potencial de mitigação das mudanças climáticas por gerar energia com baixa intensidade de emissões de GEE. A geração de energia eólica é considerada alinhada aos objetivos de mitigação de mudanças climáticas descritas na categoria de "Electricity generation from wind power" da Taxonomia da União Europeia. Portanto, consideramos que o ativo é um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

## 5GIIISEN - FIDC SOLFÁCIL III

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Solfácil é uma empresa brasileira fundada em 2018, especializada no financiamento de sistemas de energia solar. A empresa oferece créditos para projetos de geração distribuída (GD), possibilitando a instalação de sistemas fotovoltaicos em telhados residenciais e comerciais em todo o Brasil.	
A Solfácil já captou mais de R\$ 4 bilhões em financiamentos, resultando na instalação de mais de 145 mil sistemas solares. Além dos financiamentos, a empresa fornece serviços de distribuição de equipamentos solares, monitoramento de energia solar, seguros e programas de benefícios para integradores.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Segundo o regulamento do FIDC, os direitos creditórios serão originários de operações de financiamento solar para aquisição de sistemas solares. O regulamento declara que, em linha com o parecer elaborado por uma certificadora independente, os direitos creditórios "a serem por ele adquiridos atendem a parâmetros relacionados (i) a desempenho socioambiental; e (ii) aos Princípios para Títulos Verdes.", sendo, portanto, rotulado como um FIDC Verde.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,06%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços Financeiros Especializados.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	100% ODS 7 "Energia Limpa e Acessível".
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim. A operação da companhia está relacionada com a redução das emissões de GEE.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, em seu <i>website</i> <sup>52</sup> .
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Os recursos da emissão foram utilizados para financiar projetos de desenvolvimento de energia solar, que possuem potencial de mitigação das mudanças climáticas por gerar energia com baixa intensidade de emissões de GEE. A geração de energia solar é considerada alinhada aos objetivos de mitigação de mudanças climáticas descritas na categoria de "Electricity generation using solar photovoltaic technology" da Taxonomia da União Europeia. Portanto, consideramos que o ativo é um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

<sup>52</sup> [Sustentabilidade](#)

## COMR13 - COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Comerc Participações S.A. é uma empresa brasileira que atua no setor de energia. Fundada em 2001, a empresa está sediada em São Paulo. A Comerc oferece soluções integradas de energia renovável e descarbonização, incluindo geração centralizada e distribuída de energia solar e eólica, comercialização de energia e serviços de eficiência energética. Suas operações abrangem diversas regiões do Brasil.	
A empresa possui um portfólio de usinas em operação e em implantação, posicionando-se como uma grande geradora de energia renovável do Brasil. A Comerc também atua na gestão de energia para consumidores no Mercado Livre de Energia.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Segundo a escritura da emissão, 70% dos recursos captados seriam destinados para (a) investimentos ou reembolsos de projetos de energia renovável de geração solar e/ou eólica ("Energia Renovável"); e os 30% restantes, caso haja, para (b) investimentos ou reembolsos de equipamentos e/ou tecnologias que reduzam o consumo de energia para a troca de equipamentos e/ou tecnologias; (c) investimentos ou reembolsos de equipamentos e/ou tecnologias de iluminação em LED; e (d) investimentos ou reembolsos de plantas de produção de hidrogênio verde.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,17%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Produtores Independentes de Energia e Comerciantes de Energia.
<b>Percentual de receitas relacionados aos ODS</b>	Indeterminado.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	100% dos Gases de Efeito Estufa emitidos pela Comerc em 2022 foram neutralizados em 2023.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio do relatório de sustentabilidade.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> O uso de recursos definido na escritura da emissão está em linha com as categorias definidas no Green Finance Framework da Comerc <sup>53</sup> , que foi alvo de verificação independente, com uma avaliação positiva em relação a seu alinhamento com os Green Bond Principles e boas práticas de mercado, conforme destacado no Parecer Independente <sup>54</sup> . Assim, consideramos que o ativo é um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

<sup>53</sup> <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9d67eacf-4a7e-40ef-9272-e91a6127bb54/2c6c732a-64c9-42a3-0928-394b2d73eb36?origin=1>

<sup>54</sup> [PARECER INDEPENDENTE](#)

## CRA02300Q8I – CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Capal Cooperativa Agroindustrial é uma cooperativa brasileira fundada em 1960, com sede em Arapoti, Paraná. A cooperativa atua na industrialização da produção primária dos associados, oferecendo uma linha completa de insumos como sementes, fertilizantes e defensivos.	
A Capal possui 19 filiais em 13 cidades nos estados do Paraná e São Paulo, alcançando mais de 80 municípios. A cooperativa mantém duas fábricas de ração em Arapoti (PR) e uma cafeeira em Pinhalão (PR), além de participar em cinco indústrias nos segmentos de carne, leite e trigo.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Segundo o parecer de segunda opinião <sup>55</sup> que confere o título verde ao CRA, os recursos serão utilizados para a compra de soja produzida pelos cooperados por meio de técnicas agrícolas de baixo carbono. São elegíveis para compor o lastro da operação apenas a soja cultivada por produtores que atendam a critérios de elegibilidade como ausência de desmatamento a partir de 2013, ausência de sobreposição com terras indígenas ou quilombolas, entre outros.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,55%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Produtos e Serviços Agrícolas.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> Os recursos da emissão foram destinados a projetos de agricultura de baixo carbono, que possuem potencial de mitigação das mudanças climáticas por produzir alimentos com baixas emissões de GEE, além de ser importante para a conservação da biodiversidade e de recursos naturais como a água e o solo. Apesar da Taxonomia da União Europeia não incluir a agricultura de baixo carbono dentre as atividades elegíveis outras referências, como o Não Perca Esse Bond, a julgam elegível de designação verde desde que atenda a boas práticas socioambientais. Tendo em vista que a emissão foi analisada e considerada verde por uma verificadora independente, avaliamos que o CRA pode ser considerado um “investimento sustentável”, em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

<sup>55</sup> <https://nintspo.s3.sa-east-1.amazonaws.com/20231129+Capal.pdf>

## LETRAS FINANCEIRAS SUSTENTÁVEIS

Os ativos que compõem essa seção são classificados como Títulos Verdes, Sociais ou Sustentáveis. A ERM, em sua metodologia, considera que Títulos Verdes e Títulos Sociais são Investimentos Sustentáveis, desde que haja evidências de que a alocação dos recursos ocorreu em projetos que geram benefícios socioambientais.

Para verificar as características destes instrumentos a ERM analisou documentos emitidos pela B3 que indicam qual a rotulagem do título (Ambiental, Social ou Sustentável), qual foi a entidade responsável por realizar a certificação sobre o título, e qual a data de verificação planejada (de alocação dos recursos). Conforme informado pela B3, para que o instrumento receba a marcação ASG o emissor precisa enviar a o Second-Party Opinion (SPO) da emissão para a B3 e informar qual será a data de verificação do instrumento. O processo é "declaratório", de forma que a B3 não realiza uma análise dos documentos enviados ou um acompanhamento sobre a alocação dos recursos.

Tendo isso em vista, a ERM consultou informações públicas sobre as emissoras, buscando identificar os frameworks de finanças sustentáveis e respectivos SPOs, além dos relatórios de alocação sobre as emissões, essenciais para garantir que os recursos foram alocados da forma esperada. Foi verificado que todas as LFs possuem SPOs sobre os frameworks de finanças sustentáveis, mas nem todas divulgam Relatórios de Alocação dos recursos que permitam identificar o uso de recursos das emissões, o que consideramos uma lacuna relevante de transparência.

Mais detalhes acerca das LFs são apresentados na tabela e nas análises a seguir.

TABELA 2 – LETRAS FINANCEIRAS

Letras Financeiras	Banco	Classificação
<b>LF002306U57</b>	Banco Votorantim S.A.	Ambiental.
<b>LF002306U5G</b>	Banco Votorantim S.A.	Ambiental.
<b>LF002306U5H</b>	Banco Votorantim S.A.	Ambiental.
<b>LF002400A9T</b>	Banco Votorantim S.A.	Ambiental.
<b>LF002400800</b>	Banco BTG.	Social e Ambiental.
<b>LF0024009F1</b>	Banco ABC Brasil S.A.	Social.
<b>LF0024007YP</b>	Banco ABC Brasil S.A.	Social.
<b>LF002400IWM</b>	Banco Pan S.A.	Social.
<b>LF002400IWN</b>	Banco Pan S.A.	Social.
<b>LF002400IWO</b>	Banco Pan S.A.	Social.
<b>LF002400IWP</b>	Banco Pan S.A.	Social.
<b>LF002400IWQ</b>	Banco Pan S.A.	Social.
<b>LF002400IWR</b>	Banco Pan S.A.	Social.
<b>LF002400IWS</b>	Banco Pan S.A.	Social.

Fonte: B3, elaborado pela ERM

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> O Banco BV, anteriormente conhecido como Banco Votorantim, é uma instituição financeira de capital fechado com um amplo portfólio que abrange áreas como Crédito e Financiamento, Corporate & Investment Banking, Asset Management, Private Banking, Folha de Pagamento e Seguros. Destaca-se especialmente por sua atuação no financiamento de veículos, sendo considerado um dos líderes desse mercado no Brasil. Atualmente, a empresa atende a uma base de 3,5 milhões de clientes.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Parte dos recursos foram destinados para energia renovável, mas não há clareza sobre uma das LFs analisadas.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,54%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Bancos diversos.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Sim, compensando 100% das emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) do BV e de sua principal linha de negócios, o financiamento de veículos usados,
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<b>Conclusão:</b> O Banco Votorantim possui um Framework de Financiamentos para Títulos Verdes, Sociais e de Sustentabilidade <sup>56</sup> , avaliado por um verificador independente, que define as categorias ambientais e sociais elegíveis para receber fundos de emissões rotuladas. O Reporte Anual de Títulos Verdes <sup>57</sup> do banco, verificado pela ERM <sup>58</sup> , mostra a alocação dos recursos captados.	
<p>Verificamos que os recursos captados pelas LF002306U57, LF002306U5G, LF002306U5H, emitidas em 08/09/2023, foram utilizados para financiar projetos de energia renovável. Por outro lado, ainda não há informações sobre a alocação dos recursos captados pela LF002400A9T, emitida em 12/04/2024, o que é esperado tendo em vista que ainda não se passou um ano da emissão. A Gestora se comprometeu em obter essa informação futuramente.</p> <p>Considerando que os recursos das Letras Financeiras Verdes emitidas pelo BV foram ou serão alocados conforme as categorias definidas no Framework, que contou com avaliação externa, avaliamos que os instrumentos podem ser considerados "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2(17).</p> <p>Foi identificada uma controvérsia envolvendo a BV. Em 2022, a BV foi multada em R\$ 16 milhões devido a falhas em seus processos de segurança contra lavagem de dinheiro<sup>59</sup>.</p>	

<sup>56</sup> Framework

<sup>57</sup> Reporte anual

<sup>58</sup> Verificação externa - ERM

<sup>59</sup> Blitz para evitar lavagem de dinheiro pega Votorantim - 06/11/2022 - Painel S.A. - Folha

## BANCO ABC BRASIL - LF0024009F1 E LF0024007YP

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> O Banco ABC atua na administração de empréstimos e outras operações de crédito, serviços de depósito e contas correntes para clientes corporativos e institucionais de grande e médio porte. Além disso, o Banco é responsável por promover operações no mercado de capitais e outros serviços bancários. O portfólio de produtos e serviços financeiros do Banco inclui empréstimos em moeda estrangeira e nacional, garantias, financiamento de comércio internacional, transações de derivativos, financiamento de investimentos, bem como serviços de consultoria em fusões e aquisições (M&A), entre outros. O Banco opera por meio de uma rede de agências no Brasil e no exterior por meio de uma agência no exterior localizada nas Ilhas Cayman.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Informação indisponível.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	1,55%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Bancos diversos.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> O Banco ABC possui um Framework de Finanças Sustentáveis<sup>60</sup>, avaliado por um verificador independente, que define as categorias ambientais e sociais elegíveis para receber fundos de emissões rotuladas. Segundo o Framework, o banco irá reportar sobre a alocação de recursos anualmente. As LFs que compõe o portfólio do Fundo foram emitidas em abril e março de 2024, e ainda não há divulgação sobre os recursos captados por instrumentos emitidos naquele ano.</p> <p>Segundo a ficha da B3, os títulos foram rotulados como "Social", o que significa que a emissora se comprometeu em alocar os recursos nas categorias de projetos "Sociais" descritos no Framework, as quais foram validadas por um verificador externo. Assim, avaliamos que as LFs podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2(17). A Gestora se comprometeu em obter informações sobre a alocação de recursos futuramente.</p>	

<sup>60</sup> [Produtos ESG - Banco ABC Brasil](#)

## BANCO BTG PACTUAL S.A. - LF002400800

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> O Banco BTG Pactual é um banco de investimento independente que atua na América Latina, oferecendo serviços de gestão de ativos, wealth management, investment banking e crédito corporativo. Com sede em São Paulo, o banco possui operações em diversos países da região, incluindo Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Informação indisponível.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,95%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Bancos diversos.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> O Banco BTG Pactual possui um <i>Sustainable Financing Framework</i><sup>61</sup>, avaliado por um verificador independente, que define as categorias ambientais e sociais elegíveis para receber fundos de emissões rotuladas.</p> <p>Segundo o Framework, o banco irá reportar sobre a alocação de recursos anualmente. A LF que compõe o portfólio do Fundo foi emitida em março de 2024, e ainda não há divulgação sobre os recursos captados por instrumentos emitidos naquele ano.</p> <p>Segundo a ficha da B3, o título foi rotulado como "Social e Ambiental", o que significa que a emissora se comprometeu em alocar os recursos nas categorias de projetos "Sociais" e "Ambientais" descritos no Framework, as quais foram validadas por um verificador externo. Assim, avaliamos que as LFs podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2(17). A Gestora se comprometeu em obter informações sobre a alocação de recursos futuramente.</p>	

<sup>61</sup> ESG | BTG Pactual

BANCO PAN - LF002400IWM, LF002400IWN, LF002400IWO, LF002400IWP, LF002400IWQ,  
LF002400IWR E LF002400IWS

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> O Banco PAN, anteriormente conhecido como Banco PanAmericano, é uma instituição financeira brasileira com sede em São Paulo, controlada pelo BTG Pactual. O banco atua principalmente nos segmentos de crédito consignado, financiamento de veículos, cartões de crédito e banco digital. Além disso, oferece serviços imobiliários e de aquisição através de suas subsidiárias.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Informação indisponível.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,84%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Bancos diversos.
<b>Possui ações para neutralização de gases de efeito estufa</b>	Não.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<p><b>Conclusão:</b> O Banco Pan possui um <i>Sustainable Financing Framework</i><sup>62</sup>, avaliado externamente, que define as categorias ambientais e sociais elegíveis para receber fundos de emissões rotuladas. Segundo o Framework, o banco irá reportar sobre a alocação de recursos anualmente. As LFs que compõe o portfólio do Fundo foram emitidas em julho de 2024, e ainda não há divulgação sobre os recursos captados por instrumentos emitidos naquele ano.</p> <p>Segundo a ficha da B3, os títulos foram rotulados como "Social", o que significa que a emissora se comprometeu em alocar os recursos nas categorias de projetos "Sociais" descritos no Framework, as quais foram validadas por um verificador externo. Assim, avaliamos que as LFs podem ser consideradas "investimentos sustentáveis", conforme definido no Artigo 2(17). A Gestora se comprometeu em obter informações sobre a alocação de recursos futuramente.</p>	

<sup>62</sup> [Framework Sustentável - Pan](#)

# TÍTULOS SUSTENTÁVEIS

## SAPRC1 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico no estado do Paraná. Suas operações incluem a coleta, tratamento e distribuição de água potável, além da coleta e tratamento de esgoto. A SANEPAR atua em 345 municípios do Paraná, atendendo a uma população de aproximadamente 11 milhões de pessoas.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Segundo a escritura da emissão, os recursos captados pela emissão seriam destinados à complementação ao plano de investimento da Sanepar, que envolve investimentos em infraestrutura para água limpa e/ou potável e tratamento de efluentes para uma população-alvo.	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,28%
<b>Sector de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Água
<b>Realiza disclosure de informações ASG</b>	Sim, por meio do relatório de sustentabilidade.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<b>Conclusão:</b> O uso de recursos da emissão, assim como a atuação da Sanepar como um todo estão enquadrados nas categorias de "Renewal of waste water collection and treatment", "Construction, extension and operation of waste water collection and treatment" da Taxonomia da União Europeia, ambas com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática. Ainda, considerando o déficit da cobertura dos serviços de saneamento no Brasil, avaliamos que os investimentos realizados por empresas de saneamento na expansão dos serviços atendem frequentemente a comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas (população vulnerável).	
Na época da elaboração do Parecer Independente, foi identificada uma controvérsia de alta severidade, envolvendo pagamento por danos morais coletivos causados pela suspensão do fornecimento de água potável no município de Maringá <sup>63</sup> .	
A emissão foi avaliada pela ERM, que a considerou alinhada aos Green Bond Principles, Social Bond Principles e Sustainability Bond Guidelines, com contribuições positivas para a conservação dos recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável. Assim, consideramos que o ativo é um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

<sup>63</sup> [Sanepar deverá pagar R\\$ 5 milhões por danos morais coletivos por falta de água que atingiu 85% da população de Maringá | Ministério Público do Estado do Paraná](#)

## DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

### EGIED1- ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Neutros	
<b>Descrição do emissor:</b> A Engie é uma empresa de energia renovável no Brasil, com uma capacidade instalada de cerca de 10 GW, representando aproximadamente 6% da capacidade nacional. A empresa opera 82 usinas, incluindo hidrelétricas, eólicas, solares e de biomassa. Além disso, a ENGIE possui a maior malha de transporte de gás natural do país, com 4.500 km de extensão. A empresa também oferece soluções integradas para reduzir custos e emissões, como ar comprimido, autoprodução solar, biogás e biomassa.	
<b>Destinação dos recursos:</b> De acordo com a escritura de emissão, os recursos se referem a instalação de dez circuitos de linhas de transmissão, cinco subestações, cinco trechos de linha de transmissão e aquisições de equipamentos. Dentre os projetos financiados, estão o Projeto "Gralha Azul", referente a instalação de linhas de transmissão, circuitos e subestações, o Projeto Novo Estado, referente a Linhas de Transmissão Xingu – Serra Pelada, e o Projeto Santo Agostinho, referente a instalação de centrais eólicas no estado do Rio Grande do Norte <sup>64</sup> .	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,42%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Eletricidade.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Sim.
<b>Conclusão:</b> Apesar dos segmentos de Distribuição e Transmissão contemplarem atividades descritas na categoria de "Transmission and distribution of electricity" da Taxonomia da União Europeia, com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática (atividade habilitadora), não há evidências de que as atividades desenvolvidas pela emissora cumpram com os critérios técnicos necessários para a classificação do ativo como um "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	
Ademais, verificamos que os projetos Gralha Azul e Novo Estado, financiados pela debênture, estão envolvidos em controvérsias socioambientais de alta severidade. O Projeto Gralha Azul foi alvo de protestos de comunidades quilombolas e indígenas <sup>65</sup> . Já o Projeto Novo Estado está relacionado à construção de linhas de transmissão que escoam energia da Usina de Belo Monte, conhecida por diversas controvérsias socioambientais. Assim, avaliamos que o investimento é "Neutro".	

<sup>64</sup> [Escritura de emissão – EGIED1.pdf](#)

<sup>65</sup> [Controvérsia Sistema de Transmissão Gralha Azul](#)

## SAPRB4 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR

<b>Classificação do(s) ativo(s):</b> Investimentos Sustentáveis.	
<b>Descrição do emissor:</b> A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico no estado do Paraná. Suas operações incluem a coleta, tratamento e distribuição de água potável, além da coleta e tratamento de esgoto. A SANEPAR atua em 345 municípios do Paraná, atendendo a uma população de aproximadamente 11 milhões de pessoas.	
<b>Destinação dos recursos:</b> Os recursos serão destinados ao plano de investimentos da Sanepar, que envolvem projetos de em infraestrutura para água limpa e/ou potável e tratamento de efluentes para uma população-alvo, como consta a escritura de emissão <sup>66</sup> .	
<b>Percentual do PL do Fundo:</b>	0,46%
<b>Setor de atuação (subindústria GICS):</b>	Serviços de Água.
<b>Possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade nos últimos cinco anos</b>	Não.
<b>Conclusão:</b> A atuação da Sanepar contempla as atividades descritas nas categorias de "Renewal of waste water collection and treatment", "Construction, extension and operation of waste water collection and treatment" da Taxonomia da União Europeia, ambas com potencial de geração de benefícios ambientais em termos de mitigação e adaptação climática. Ainda, considerando o déficit da cobertura dos serviços de saneamento no Brasil, avaliamos que os investimentos realizados por empresas de saneamento na expansão dos serviços atendem frequentemente a comunidades econômica ou socialmente desfavorecidas (população vulnerável). Assim, consideramos que os títulos podem ser considerados "investimento sustentável", em linha com a definição do Artigo 2 (17) da Resolução EU 2019/2088.	

<sup>66</sup> [Escritura de emissão - SAPBR4.pdf](#)

## ANEXO II - MÉTODOS

### **SUSTAINABLE FINANCE DISCLOSURE REGULATION – SFDR**

A Regulação 2019/2088 da União Europeia, *Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR)*, define dois tipos de Fundos em relação aos seus **critérios de elegibilidade**. Sua nomenclatura foi adotada ao longo deste parecer:

**Produto de investimento sustentável (dark green):** produtos financeiros que possuem como objetivo principal o investimento em atividades econômicas que contribuem para metas ambientais e sociais. O atingimento desses objetivos ambientais e sociais deve ser vinculante e não pode ser negligenciado pelo gestor, além de ser mensurável com base em critérios objetivos. Todos os investimentos devem ser enquadráveis como investimento sustentável (*sustainable*). Todas as empresas investidas precisam ter boa governança.

**Produto com características ambientais e sociais (light green):** produtos financeiros que não possuem como objetivo o investimento em atividades sustentáveis, mas que promovem pelo menos um benefício ambiental e/ou social. Características ambientais e sociais devem ser vinculantes e mensuráveis. Esses fundos podem investir em atividades sustentáveis, sem limite mínimo definido, e devem levar em conta o potencial de geração de impactos negativos dos investimentos, buscando minimizá-los (*do not significant harm, na nomenclatura da SFDR*).

Em relação aos **tipos de investimento** que podem ser realizados pelos Fundos que buscam rótulo de sustentabilidade, a SFDR os classifica em dois níveis:

**Investimentos Sustentáveis:** São aqueles ativos que geram contribuições diretas para o atingimento de um ou mais objetivos de sustentabilidade, como mitigação e adaptação às mudanças climáticas, reuso de água, redução da desigualdade ou acesso a serviços básicos. Além disso, esses investimentos possuem boas práticas de gestão de suas externalidades ASG, não gerando impactos adversos significativos em relação a outros objetivos de sustentabilidade. O conceito é baseado no Artigo 2(17) da SFDR.

Para definir o grau de contribuição com os objetivos de sustentabilidade, a ERM avalia o alinhamento dos ativos com taxonomias sustentáveis. Ativos que financiam projetos alinhados a taxonomias são considerados Investimentos Sustentáveis. No caso de empresas, consideramos as receitas da emissora, sendo necessário que ao menos 90% das receitas sejam alinhadas a taxonomias para que o ativo seja considerado um Investimento Sustentável. A análise do alinhamento com taxonomias de finanças sustentáveis é feita a critério da ERM, com base em referências nacionais e internacionais. Uma receita alinhada a taxonomias é aquela proveniente de atividades definidas nas taxonomias analisadas. Para que uma atividade seja considerada alinhada a taxonomias é preciso ter evidências de que ela gera os benefícios pretendidos. Caso a emissora não disponibilize informações suficientes para fazer esta análise, a atividade não é considerada alinhada.

**Investimentos que promovem características ambientais ou sociais:** São ativos que contribuem de forma evidente para o atingimento de objetivos de sustentabilidade por meio da geração de externalidades socioambientais positivas, mas que não estão alinhados com os *standards* de rotulagens de produtos verdes, sociais ou sustentáveis, não podendo ser classificados como investimentos sustentáveis. Esses investimentos possuem boas práticas de gestão de suas externalidades ASG, não gerando impactos adversos significativos em relação a outros objetivos de sustentabilidade. Não estão inclusas nessa categoria ativos emitidos por empresas que geram impactos positivos, porém indiretos, como aquelas que fornecem suporte

ou infraestrutura para atividades que geram impactos diretos, como seguradoras de saúde ou farmacêuticas.

- **CONTROVÉRSIAS**

**TABELA 3 - NÍVEIS DE SEVERIDADE E RESPONSABILIDADE RELACIONADOS ÀS CONTROVÉRSIAS**

<b>Níveis de Severidade</b>	
<b>Baixa</b>	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas não causa danos consideráveis ou causa danos mínimo que não necessitam de remediação. São consideradas como 'baixa severidade' as controvérsias que já foram mitigadas através de multas, TACs ou decisões judiciais.
<b>Média</b>	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa. Podem ser consideradas como 'média severidade' aquelas controvérsias que ainda não foram mitigadas, sejam através de multas, TACs, decisões judiciais e/ou ajustes estruturais/de conduta da empresa.
<b>Alta</b>	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos. Podem ser consideradas como 'alta severidade' aquelas controvérsias que ainda não foram mitigadas, sejam através de multas, TACs, decisões judiciais e/ou ajustes estruturais/de conduta da empresa. Empresas que foram consideradas culpadas de um crime ASG em primeira instância judicial, por exemplo, podem ser consideradas como de 'alta severidade'.

Fonte: ERM

<b>Níveis de Responsividade</b>	
<b>Proativa</b>	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
<b>Remediativa</b>	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
<b>Defensiva</b>	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
<b>Não-responsiva</b>	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: ERM

- **NÍVEIS DE ASSEGURAÇÃO DO RELATÓRIO**

TABELA 4 - NÍVEIS DE ASSEGURAÇÃO

<b>Níveis de Asseguração</b>	
<b>Razoável</b>	Uma avaliação na qual o risco de uma asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
<b>Limitado</b>	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: ERM

A ERM TEM MAIS DE 160 ESCRITÓRIOS NOS  
SEGUINTE PAÍSES E TERRITÓRIOS EM TODO O  
MUNDO

Argentina	Países Baixos
Austrália	Nova Zelândia
Bélgica	Peru
Brasil	Polônia
Canadá	Portugal
China	Romênia
Colômbia	Senegal
França	Cingapura
Alemanha	África do Sul
Gana	Coreia do Sul
Guiana	Espanha
Hong Kong	Suíça
Índia	Taiwan
Indonésia	Tanzânia
Irlanda	Tailândia
Itália	EAU
Japão	Reino Unido
Cazaquistão	NOS
Quênia	Vietname
Malásia	
México	
Moçambique	

**ERM Brasil**

Avenida Luis Carlos Berrini,  
nº105 - Edifício Thera  
Corporate, cj 171 - Cidade  
Monções - São Paulo - Estado  
de São Paulo.

**[www.erm.com](http://www.erm.com)**